



# Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017

Presidente da República  
**Michel Miguel Elias Temer Lulia**

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
**Dyogo Henrique de Oliveira**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Roberto Luís Olinto Ramos**

Diretor-Executivo  
**Fernando J. Abrantes**

### ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas  
**Claudio Dutra Crespo** (em exercício)

Diretoria de Geociências  
**Wadiah João Scandar Neto**

Diretoria de Informática  
**José Sant'Anna Bevilaqua**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Maysa Sacramento de Magalhães**

### UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia  
**Claudio Stenner**

## **Errata**

Constatou-se a necessidade de revisão da composição da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas para os Estados do Maranhão e de Pernambuco, alterando, portanto, os resultados apresentados no Mapa 1, no Mapa 2 e no Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias - 2017.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Diretoria de Geociências  
Coordenação de Geografia

# **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**

Rio de Janeiro  
2017

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4418-2 (meio impresso)

© IBGE. 2017

**Produção do e-book**

Roberto Cavararo

**Capa**

Renato J. Aguiar/Marcos Balster Fiore - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

**Ilustração**

Fabio Muniz de Moura - Gerência de Editoração - CDDI

---

Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias : 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017.

82p.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-240-4418-2

1. Brasil – Divisões territoriais e administrativas. 2. Geografia física. 3. Geografia econômica. I. IBGE. Coordenação de Geografia.

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais**  
RJ/IBGE/2017-12

CDU 35.071.55(81)  
GEO

---

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

# Sumário

**Apresentação**

**Introdução**

**Uma breve contextualização das Divisões Regionais do Brasil**

**O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017**

O processo de regionalização

Mapas e nomenclatura

**Referências**

**Apêndices**

**1** - As Divisões Regionais do Brasil elaboradas pelo IBGE no Século XX

**2** - Bibliografia sobre a Divisão Regional do Brasil divulgada pela *Revista Brasileira de Geografia* do IBGE

### Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

## Apresentação

Com a publicação *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em conformidade com sua missão institucional, entrega à sociedade e ao Estado brasileiro um instrumento fundamental à divulgação de informações geográficas e estatísticas adequadas ao planejamento da federação brasileira.

Apresenta-se a definição de um novo quadro regional vinculada ao intenso processo de mudança ocorrido no espaço produtivo nacional que, junto ao acelerado movimento de criação de municípios, a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, coloca novos desafios metodológicos à sua construção.

Nesse contexto, um duplo processo de mudança, não só estritamente socioeconômico, mas também de natureza político-administrativa, alterou a geografia do País, gerando diferenças e desigualdades que tornaram mais complexa a leitura de seu território, aumentando, assim, a demanda por uma nova Divisão Regional do Brasil no período que vai da última década do Século XX à primeira do Século XXI.

A presente publicação divulga um dos produtos de mais forte identidade da produção geográfica, fornecendo um quadro regional de referência para a compreensão, em múltiplas escalas, das diversidades existentes no imenso Território Nacional.

Por fim, para a realização desse projeto, agradecemos a colaboração da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - ANIPES e suas instituições estaduais associadas, possibilitando uma abordagem federativa na construção desta nova Divisão Regional do Brasil.

**Wadih João Scandar Neto**  
Diretor de Geociências

## Introdução

A revisão da Divisão Regional do Brasil para fins de divulgação da informação estatística constitui parte da missão institucional do IBGE e visa atualizar o quadro regional do País, elaborado pelo então Departamento de Geografia na década de 1980 e publicado em 1990.

A necessidade de atualização dos recortes regionais vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas. A principal diferença entre a divisão regional ora apresentada e os quadros anteriores é que na atual proposta técnica a divisão será periodicamente revisada. Esta característica a diferencia dos resultados anteriores, que ao se manterem inalterados facilitaram seu uso em uma variedade de aplicações para as quais esta característica é importante e que poderão ser mantidas, a critério do usuário.

Com efeito, a definição de um novo quadro regional está vinculada ao intenso processo de ocupação e ampliação dos espaços produtivos que, aliado ao acelerado movimento de criação de municípios, a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, coloca novos desafios metodológicos à sua construção. Nesse contexto, um duplo processo de mudança, não só estritamente socioeconômico, mas também de natureza político-administrativa, alterou a geografia do País, gerando diferenças e desigualdades que tornaram mais complexa a leitura de seu território, aumentando, assim, a demanda por uma nova Divisão Regional do Brasil no período que vai da última década do Século XX à primeira do Século XXI.

Essa maior heterogeneidade do território ressalta a urgência de uma revisão das unidades subestaduais do espaço brasileiro. Assim sendo, o que se faz prioritário é a revisão das unidades mesorregionais

e microrregionais, que nesse estudo recebem os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente. Essas escalas oferecem um retrato mais detalhado do território brasileiro e dos seus atributos. Nesse contexto, o Projeto Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias apresenta uma proposta metodológica que instrumentaliza e integra análises e expectativas de órgãos de planejamento estaduais por meio de uma parceria mediada pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - ANIPES. A identificação e a divulgação desses recortes regionais ocorrem após consulta e contribuição à divisão regional por todos os envolvidos.

O conhecimento empírico da realidade territorial das diferentes Unidades da Federação complementa as propostas inicialmente formuladas pela equipe técnica do IBGE, possibilitando maior aproximação entre a base conceitual, a linha metodológica adotada e a realidade espacial regionalizada. A presente regionalização, portanto, se beneficia de diferentes pontos de vista e está fortalecida pelo diálogo construtivo entre os envolvidos.

Nunca é demais ressaltar que a relevância do presente estudo reside não só no fato de fornecer uma base geográfica para a divulgação de dados estatísticos do IBGE, como também no propósito de oferecer elementos para a compreensão atualizada da realidade territorial do País, analisada, estrategicamente, em sua diversidade regional. Assim sendo, a produção de novos recortes regionais possibilita subsidiar o planejamento em escalas territoriais desagregadas e, portanto, de maior aderência aos problemas enfrentados pela sociedade. Ademais, tal tendência permite integrar as informações em uma base geográfica que se apresenta como uma possibilidade de análise somada a outros recortes territoriais.

Em termos teórico-metodológicos, a revalorização da dimensão regional, aqui tratada na perspectiva da rede urbana brasileira, constitui um ponto-chave de manutenção da coesão territorial de grandes federações como o Brasil, notadamente em um cenário geopolítico pautado, nesse início de século, pela tensão existente entre as forças da globalização e aquelas alinhadas a projetos locais. Com efeito, a rede urbana brasileira, juntamente com a infraestrutura que interliga essa rede, constitui elemento central para conduzir uma análise regional comprometida com a coesão territorial do País e, simultaneamente, com a busca das diferenças e diversidades.

Os objetivos pretendidos nesse estudo implicam a busca de um modelo de divisão regional no qual as unidades identificadas tenham coerência interna e um certo grau de permanência de seus atributos constitutivos – que pressupõe, necessariamente, um patamar mínimo de características estruturantes do espaço geográfico, como o tamanho da população, a quantidade de municípios –, ao mesmo tempo em que reflitam sua relação externa em direção a um mundo que se articula e se transforma por meio de diversas redes.

Além desta **Introdução**, a publicação está estruturada em dois capítulos temáticos: o primeiro, **Uma breve contextualização das Divisões Regionais do Brasil**, aborda o contexto político-institucional e as metodologias utilizadas nas regionalizações promovidas pelo IBGE no Século XX, enquanto o segundo, **O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017**, apresenta a metodologia e os referenciais empregados na elaboração da presente proposta de regionalização. Informações de cunho histórico e, portanto, de grande relevância para a comunidade acadêmica,

complementam o volume – o **Apêndice 1** resgata as três propostas de Divisão Regional do Brasil elaboradas pelo IBGE no Século XX, contemplando os conceitos de Zonas Fisiográficas (década de 1940) e suas revisões, Microrregiões Homogêneas (1968) e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1989), e disponibiliza também as malhas históricas relativas a cada uma dessas propostas; o **Apêndice 2**, por sua vez, lista a bibliografia sobre a Divisão Regional do Brasil divulgada pela *Revista Brasileira de Geografia* desde sua criação, em 1939, pelo IBGE, incluindo artigos, comentários, noticiários, bem como a legislação relacionada ao tema (resoluções, decretos e atos deliberativos produzidos pelo Instituto).

Pretende-se, com esta iniciativa, oferecer aos órgãos das esferas governamental e privada subsídios para o planejamento e a tomada de decisões e facultar aos usuários em geral elementos para uma compreensão mais aprofundada do Território Nacional. O IBGE cumpre, assim, sua missão institucional de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, assim como as outras divisões regionais elaboradas pelo IBGE, comporta, em si, uma datação marcada no tempo e no espaço. É um trabalho que deve ser encarado como um processo, que se realiza em etapas e que implica atualização conforme a renovação dos ciclos metodológicos de seus subsídios e outras teorias que podem vir a surgir.

# Uma breve contextualização das Divisões Regionais do Brasil

Se uma nova divisão regional do Brasil representa, por um lado, maior densidade e atualização dos conhecimentos objetivos relativos ao território nacional, num dado momento, por outro lado, ela também implica no relacionamento da evolução destes conhecimentos com a evolução teórica do conceito de região.

*(Pedro Geiger, 1967)*

A divisão do Brasil em regiões, longe de constituir uma tarefa simples e de fácil execução, possui um caráter científico pautado tanto por interesses acadêmicos, quanto por necessidades de planejamento e, mais recentemente, de gestão do território, o que compromete esse tema, de imediato, com os diversos contextos político-institucionais que envolveram seu tratamento pelo IBGE ao longo do Século XX. Assim, fazer uma pequena revisão das propostas de Divisão Regional do Brasil elaboradas pelo Instituto, durante esse período, torna não só necessário analisar conceitos e métodos que, ao longo do século passado, conduziram tal divisão (Apêndice 1), como também fazer, inicialmente, uma pequena contextualização da mediação político-institucional que impulsionou essas propostas.

Com efeito, conforme será visto a seguir, a produção de um conhecimento mais detalhado do País constituiu um objetivo sempre presente na produção geográfica do IBGE, aí incluídos tanto os momentos de centralização, como aqueles de descentralização do poder que caracterizam o sempre renovado pacto federativo.

Longe de ocorrerem em um ambiente fracamente comprometido com a federação brasileira, as três propostas de Divisão Regional do Brasil elaboradas pelos geógrafos do IBGE, ao longo do Século XX, e apresentadas no Apêndice 1 – Zonas Fisiográficas, da década de 1940,

e suas revisões; Microrregiões Homogêneas, de 1968; e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, de 1989 – acompanharam a sempre renovada tensão federativa gerada pelo processo de construção do Brasil nesse período.

Nunca é demais lembrar que a própria criação, na década de 1930, do Conselho Nacional de Estatística - CNE e do Conselho Nacional de Geografia - CNG, que se reuniram para formar o IBGE, em 1936, tinha como objetivo estruturar uma rede nacionalmente articulada por meio de suas representações estaduais, visando à discussão de conceitos, métodos e critérios científicos necessários ao conhecimento aprofundado da sociedade e do território brasileiros. Nesse contexto, os geógrafos do então CNG já dispunham, naquela ocasião, de acordo com Magnago (1995), de um conhecimento empírico do Território Nacional, advindo das várias excursões de reconhecimento às diversas regiões do Brasil, que os credenciava a ter uma consciência e a reconhecer diferenciações regionais “suficientemente importantes para que fossem feitos estudos dos problemas brasileiros, por região e para que se divulgassem estatísticas, segundo estas mesmas unidades regionais” (GALVÃO; FAISSOL, 1969, p. 181).

O conhecimento das diversas realidades regionais do País constitui, assim,

um daqueles fatos relevantes para a história social e política do Brasil e, portanto, para o entendimento de seu território, [...] e que parecem ter sido, desde o século XIX, além da apropriação privada do território e das migrações da população, em busca de terra e trabalho, a centralização e descentralização do próprio domínio do Estado nacional sobre um pacto federativo que se revelou precário desde a nossa constituição como país independente (TAVARES, 1999, p. 452).

Conhecer cientificamente o Território Nacional constituía um exercício continuamente renovado de uma tensão estabelecida entre caracterizar esse território e diferenciá-lo, do ponto de vista geográfico, e, ao mesmo tempo, atender às “exigências da prática” que “determinam adaptações que, no caso de divisão regional das Unidades Federadas, consistem em não desmembrar-se qualquer município [...]”; conforme as observações iniciais constantes da Resolução n. 77 de 17.07.1941 (CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1942b, p. 221-239).

Desse modo, os estudos relativos à Divisão Regional do Brasil empreendidos pelo IBGE não só respondem aos diferentes contextos históricos de sua formulação, como também se debatem, continuamente, entre a necessidade de estabelecer divisões, segundo critérios gerais de fundamento científico-geográfico, e o atendimento às “conveniências práticas” fixadas pela obediência à divisão político-administrativa do Território Nacional (CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1942b, p. 221).

Os diferentes modelos de Divisão Regional do Brasil formulados pelo IBGE ao longo do Século XX, cabe destacar, não só foram metodologicamente desafiados pela compatibilização possível entre as divisões regional e territorial do País, como também responderam aos diferentes momentos de sua construção pela Instituição. Nesse sentido, o contexto político-institucional no qual ocorre a discussão acerca da Divisão Regional do Brasil pelo IBGE constitui uma etapa inicial de análise das motivações que levaram à elaboração dos três modelos de divisão que o IBGE produziu durante o Século XX: Zonas Fisiográficas, da década de 1940, e suas revisões; Microrregiões Homogêneas, de 1968; e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, de 1989<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> As disposições iniciais sobre o primeiro modelo de divisão encontram-se estabelecidas na Resolução n. 77, do CNG, de 17.07.1941; o segundo modelo foi apresentado na publicação *Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas 1968*, divulgada pelo IBGE em 1970; enquanto o terceiro, tratado na publicação *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*, divulgada pelo Instituto em 1990. A proposta de divisão por mesorregiões homogêneas, por sua vez, foi divulgada na *Sinopse Estatística do Brasil*, também do IBGE, em 1977 (DIVISÃO..., 1977).

A necessidade de um conhecimento aprofundado do Território Nacional, visando, na década de 1940, mais diretamente à sua integração e, nas divisões posteriores, à própria noção de planejamento como suporte à ideia de desenvolvimento, passou a demandar a elaboração de divisões regionais mais detalhadas do País, isto é, baseadas no agrupamento de municípios, diferentemente das divisões até então realizadas pelo agrupamento dos estados federados. Nesse sentido, em momentos de maior centralização das forças federativas republicanas, como aquele verificado a partir do final dos anos 1930 e que tiveram rebatimento na década seguinte, deram ensejo a uma ampla discussão, nos meios militares e acadêmicos, sobre a questão em torno da pertinência de uma nova divisão regional e territorial. Tal divisão deveria ser mais adequada a um País que precisava se ajustar a padrões mais modernos, não só de crescimento de sua base produtiva, como também em termos de controle, padronização e administração de sua base territorial.

Com efeito, ao longo da história política do Brasil, poucas questões suscitaram tanto debate quanto aquelas relacionadas à organização do poder dos estados relativamente à centralização/descentralização política-administrativa, às quais se articula o tema da divisão regional como suporte científico necessário para se pensar a própria configuração territorial da nação como um todo. Nesse sentido, cabe registrar uma primeira observação quanto ao contexto político-institucional no qual se discute a Divisão Regional do Brasil: desde o final da década de 1920, o Major João de Segadas Viana já chamava a atenção do poder público para a necessidade de revisão da forma de organização territorial do País, demonstrando grande preocupação com a formação de blocos políticos de resistência em algumas Unidades da Federação, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O “problema da divisão territorial brasileira”, ainda de acordo com Viana (1940, p. 374), já constituía um assunto de estudo desde os tempos do Império, despertando o interesse de diversas personalidades para a questão.

Segundo aquele autor, seria fundamental dividir as Unidades da Federação para melhor administrá-las, pois os estados mais populosos e de maior área vinham dominando a economia e a política nacionais, podendo se tornarem estados independentes, como tentara São Paulo. Ao sentimento de regionalismo, Viana antepunha o de nacionalismo, revelando o lado ideológico de sua proposta<sup>2</sup> (VIANA, 1940).

A racionalização da divisão territorial do Brasil, visando à normatização administrativa e judiciária da República, insere-se no contexto de se tentar reorganizar o espaço político-administrativo do País, de maneira uniforme, uma vez que este ainda estava marcado por graves diferenças quanto aos critérios de fixação das competências territoriais, que se ressentiam de absoluta falta de delimitação e/ou de delimitação variável (ou não especificada), notadamente em áreas remotas do interior, como a Região Norte. Nesse contexto, frente aos desafios concretos com os quais se defrontava o momento político-institucional em meados da década de 1940, temas como

---

<sup>2</sup> O caráter ideológico da discussão em torno da divisão regional nesse período figura claramente exposto no início do artigo de Viana, intitulado **Divisão Territorial do Brasil**, publicado pela *Revista Brasileira de Geografia*, em 1940, na qual consta opinião do Comandante Thiers Fleming sobre o tema: “É fora de dúvidas que este assunto é melindroso ... Uns o rejeitam, dominados pelo regionalismo; muitos se mostram céticos, julgando-o uma ideologia – de impossível realização – e poucos o julgam de imprescindível necessidade para o verdadeiro fortalecimento da unidade nacional, mas estes se batem como sendo uma campanha sagrada. E, com o crescente progresso do Brasil, para a sua administração, há de ser feita ‘Nova Divisão Territorial’ como aconteceu na França, Itália, Alemanha e Estados Unidos” (FLEMING, 1939 apud VIANA, 1940, p. 372).

os da manutenção da unidade territorial, da acomodação da diversidade regional e da modernização faziam parte da agenda política do Brasil.

Desse modo, entrou na agenda política do País, em um período marcado pela centralização do poder, como o do Estado Novo (1937-1945), a necessidade de se produzir um conhecimento mais detalhado das diferenças regionais do Brasil, enquanto tarefa inicial atribuída aos CNE e CNG.

Simbolicamente, no que diz respeito à integração territorial, as imagens do Oeste e do Centro, formuladas política e ideologicamente durante o Estado Novo, faziam do interior, ou melhor, do Sertão, o lugar da destinação natural e do reconhecimento da unidade e da identidade nacional, fazendo de suas baixas densidades demográficas e de seu isolamento traços associados à preservação de valores genuinamente nacionais. Desse modo, em 1939, Getúlio Vargas, ao convocar a nação para a Marcha para o Oeste, isto é, rumo ao Sertão, afirmava que “caminhamos para a unidade, marchamos para o centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo de nossa definição racial (VARGAS, 1939 apud CHAÚÍ, 2000, p. 68).

No final dos anos 1930, caminhava-se, desse modo, para a formulação de uma nova síntese territorial, na qual, ao mesmo tempo em que se valorizava e se exaltava o interior e sua capacidade de preservação do caráter nacional, começava a ser reconhecido o dinamismo econômico das metrópoles litorâneas, para onde se dirigia um crescente contingente populacional.

De acordo com Araújo (2006), nos anos 1940 e 1950, ocorreu um modesto movimento de desconcentração espacial da produção nacional, via ocupação da fronteira agropecuária, primeiro no sentido da Região Sul e mais tarde na direção das Regiões Centro-Oeste, Norte e parte oeste do Nordeste. Nesse sentido, cabe observar que os estudos em torno da elaboração das Zonas Fisiográficas pelo IBGE, em 1942, coincidem com o momento de discussão acerca da criação, no ano seguinte, dos Territórios Federais nos estados fronteiriços de grande extensão territorial e baixa densidade populacional, como Amazonas, Pará e Mato Grosso. Era necessário assim, conhecer o Território Nacional para promover estratégias voltadas à manutenção de sua integridade, seja por via da diminuição de suas diferenças regionais, seja pela promoção de uma vigilância mais acurada de suas zonas fronteiriças<sup>3</sup>.

Diferentemente desse contexto de centralização do poder, a segunda proposta de Divisão Regional do Brasil elaborada pelo IBGE, no final dos anos 1960, encerra um período marcado “por poucos estudos que avançassem na discussão teórico-metodológica sobre o assunto” (MAGNAGO, 1995, p. 72) e ocorre em um contexto político-institucional pautado pela distensão política e estruturação do planejamento público, então explicitamente a serviço de um projeto de desenvolvimento econômico.

Os movimentos de interiorização da capital federal e expansão rodoviária ocorridos nesse período exigiam a revisão do quadro regional brasileiro no sentido de aproximá-lo de uma realidade territorial em franca alteração.

O modelo de divisão regional decorrente da revisão das Zonas Fisiográficas, realizada em 1960, reflete, assim, a crescente diferenciação regional ocorrida no País como contrapartida de um objetivo focado no processo de integração do mercado

<sup>3</sup> Entre 1942 e 1943, os Territórios Federais do Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima) e Amapá passaram a fazer parte da União, além dos de Iguaçú e Ponta Porã, extintos em 1946, e o de Fernando de Noronha.

nacional, que se iniciaria de forma mais agressiva e institucionalizada a partir do Plano de Metas, no quinquênio 1956-1961, durante o Governo Juscelino Kubitschek.

Para Becker, Bandeira e Torres (2000), esse Plano tinha como principal significado a articulação da infraestrutura viária no interior do País em um processo mais abrangente, englobando a concepção de um novo padrão de industrialização, de unificação do mercado nacional, de elevado crescimento econômico e do binômio industrial rodoviário-automobilístico. Esse processo foi responsável pelo aumento da capacidade de transporte, que, até a metade dos anos 1950, representava um grande entrave ao desenvolvimento do interior nacional.

Com efeito, a partir de meados da década de 1950, alterava-se o padrão de uso e ocupação do território brasileiro, que reproduzia, ainda, até esse período, uma estrutura espacial organizada, quase exclusivamente, ao longo da faixa litorânea e em regiões econômicas pouco articuladas entre si, voltadas mais para suas respectivas áreas de influência. Nesse contexto, a criação de Brasília, em 1960, alterou não apenas o mapa político do País, como também promoveu o redesenho da rede de circulação nacional, que, a partir daquele momento, passava a se subordinar, crescentemente, à integração/ampliação do mercado interno, além de servir de plataforma de penetração ao espaço amazônico. Isso tudo, cabe ressaltar, dentro da geopolítica de desenvolvimento e segurança, consagrada na década de 1970, com a qual se promoveu a incorporação daquela remota fronteira de recursos, impactando, diretamente, sua frágil cobertura florestal.

Desse modo, entre a proposta elaborada pelo IBGE, em 1960, para revisão das Zonas Fisiográficas<sup>4</sup> e aquela das Microrregiões Homogêneas, em 1968, consolidasse não apenas o discurso da integração nacional, que fundamentou o nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950, como também assume forma elaborada uma ação política centralizada a partir do Regime Militar, em meados da década de 1960, quando a aceleração do processo associado de urbanização-industrialização, passou a alterar, de forma radical, o ritmo, a forma de articulação, bem como o uso do Território Nacional, aí incluídas as áreas menos densas de sua fronteira agropecuária.

No novo contexto político-institucional do País, o IBGE começou, a partir de meados da década de 1960, a elaborar os documentos iniciais de revisão da Divisão Regional do Brasil, tendo em vista fornecer subsídios para a regionalização prevista no Plano Decenal (PEREIRA et al., 1967, p. 89-101).

Com efeito, a proposta de divisão por Microrregiões Homogêneas, de 1968, embora elaborada em um contexto federativo novamente tensionado por um projeto político comprometido com a centralização do poder na União, ocorria em um País não só marcado pela urbanização, como também por um processo geopolítico de expansão da fronteira econômica e unificação do mercado nacional. Nesse contexto, o quadro regional de 1968 foi construído em um ambiente institucional comprometido especialmente com a definição de uma base territorial institucionalizada para fins de

---

<sup>4</sup> De acordo com Magnago (1995, p. 73) "tanto os dados do Censo Demográfico 1950, quanto os de 1960, foram divulgados a partir da divisão regional de 1946, utilizando-se igualmente, para esse fim, as subdivisões das regiões em zonas fisiográficas, elaboradas também de acordo com o paradigma possibilista". As publicações do Censo Demográfico de 1960, por exemplo, destacam que a apresentação dos resultados segundo Zonas Fisiográficas obedece à divisão regional fixada pela Resolução n. 461, de 07.07.1955, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia. Na *Revista Brasileira de Geografia*, volume 17, número 3 de 1955, consta entre as resoluções aprovadas a de n. 461 que "atualiza a divisão regional do Brasil, fixada pela resolução número 397, da Assembleia Geral" (XV ASSEMBLEIA..., 1955, p. 380).

divulgação dos dados estatísticos do IBGE, os quais deveriam servir para subsidiar o planejamento de um projeto nacional pautado pela expansão de uma malha viária de promoção da articulação física do Território Nacional.

Pensar o território levando em conta as variáveis econômicas passava a constituir uma questão central em um momento histórico no qual o conhecimento e os estudos regionais eram voltados prioritariamente para planejar o desenvolvimento econômico.

Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, Guerra (1964, p. 462) explicita a forte vinculação ideológica que se fazia, naquele período histórico, entre os estudos geográficos envolvendo a divisão regional e a construção/manutenção do “Poder Nacional”<sup>5</sup>. Nesse contexto, o conhecimento das diversificações regionais de um país era considerado de máxima importância para a atenuação e a eliminação desses desequilíbrios, visando à construção do Poder Nacional.

Entre a formulação da primeira proposta das Zonas Fisiográficas (década de 1940) e a das Microrregiões Homogêneas (1968), pode-se afirmar que, em termos do contexto político-institucional, enquanto a primeira divisão regional promovia o conhecimento mais acurado do território, em um País ainda predominantemente rural, a segunda divisão tinha como estímulo central o conhecimento das diferenças e desigualdades regionais com vistas à unificação do mercado, em um País que se urbanizava e se industrializava rapidamente.

Desse modo, logo na introdução da publicação *Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas 1968*, o IBGE assinalava que “o Conselho Nacional de Geografia, em fins de 1966, deu início a trabalhos no sentido de definir uma nova Divisão Regional do Brasil, em substituição a que vigorava oficialmente desde 1942” (DIVISÃO..., 1970, p. vii). Nesse contexto, continua:

Se bem que fatores de ordem econômica não tivessem sido omitidos na Divisão Regional até então vigente, sobretudo no que se referia à delimitação das Zonas, foi ela baseada fundamentalmente em critérios de natureza fisiográfica e de posição geográfica.

O desenvolvimento do país nas últimas décadas, expresso no forte crescimento da população, na expansão urbana e industrial, na ampliação da rede rodoviária, tornava superada a realidade regional apontada no documento oficial (DIVISÃO..., 1970, p. vii).

No que se refere à dinâmica socioeconômica, a proposta de divisão em Microrregiões Homogêneas, de 1968, captava, contudo, um processo ainda inicial, embora conjugado à expansão urbano-industrial em curso no País, do que seria o deslocamento horizontal da fronteira de recursos em direção às Regiões Centro-Oeste e Norte.

Os dois modelos de divisão regional – Zonas Fisiográficas (década de 1940) e Microrregiões Homogêneas (1968) – foram elaborados em contextos político-institucionais moldados, em grande parte, em um projeto nacional pautado pela centralização do poder. Eles traziam, contudo, em ambos os casos, de acordo com Faissol (1988, p. 93), a preocupação com a ideia do planejamento, embora, nos anos 1960, essa ideia se apresentasse de forma mais institucionalizada em termos administrativos e mais

<sup>5</sup> Após afirmar que “a estrutura do Poder Nacional é complexa e resulta da várias estruturas particulares”, Guerra (1964, p. 463) conclui que “no complexo campo do exercício do poder, no tocante ao emprego da política para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a geografia representa papel altamente significativo e algumas vezes decisivo. Poderíamos aqui invocar o importante fundamento geográfico do Poder Nacional, no caso brasileiro”.

consolidada em termos de estratégia explícita de desenvolvimento nacional<sup>6</sup>. Nesse sentido, na década de 1960, com a filiação do IBGE ao então Ministério do Planejamento, à Divisão Regional do Brasil em Microrregiões Homogêneas se seguiram outras, as chamadas Regiões Funcionais Urbanas, que “formalmente seguiam uma linha conceitual da multiplicidade do conceito de região, mas, na verdade, foram muito usadas em várias entidades para fins de planejamento de localização de serviços de vários tipos” (FAISSOL, 1988, p. 93).

Será justamente um contexto de reforço do movimento de descentralização do poder que irá marcar a elaboração, na segunda metade da década de 1980, dos estudos e análises envolvendo a elaboração das Mesorregiões e Microrregiões Geográficas pelo IBGE. Nesse sentido, não é por acaso que a última proposta de Divisão Regional do Brasil elaborada pela Instituição, no Século XX,, ocorra logo após a homologação da Constituição Federal do Brasil de 1988, que consagrava um pacto federativo que não só aprofunda a competência de estados<sup>7</sup> e municípios sobre seus respectivos territórios, mas também é pautado, principalmente, pela ampliação da participação da sociedade e das instituições públicas e privadas na gestão do território brasileiro (BRASIL, 2012).

A Divisão Regional do Brasil de 1989, por Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, captava também a realidade territorial de um Brasil Central não mais vocacionado ao domínio de uma pecuária bovina ultra extensiva, mas articulada por um complexo agroindustrial em processo de consolidação e que viria a inserir o interior do País na produção mundial de *commodities*, transformando o campo e a produção agropecuária brasileira em um segmento de cadeia produtiva organizada em escala mundial.

Com efeito, nunca é demais lembrar que a globalização, vista, de acordo com Giddens (1990, p. 174), como “um processo de desenvolvimento desigual que tanto fragmenta quanto coordena”, introduzindo novas formas de interdependência regional/nacional/mundial, não só redefine o significado do Estado soberano, como também impõe novos desafios conceituais, metodológicos e operacionais à Geografia, no sentido de elaborar uma divisão regional formada pelo agrupamento de seus membros federativos subnacionais.

Tal divisão, pautada na malha político-administrativa, constitui, por sua vez, outra forma de configurar o Território Nacional no sentido de servir de referência tanto à divulgação da informação estatística, quanto, eventualmente, à ação do governo para alocação de recursos e implementação de projetos e, mais recentemente, à conjugação de interesses comuns por parte de municípios vizinhos.

---

<sup>6</sup> Com efeito, de acordo com esse autor, “no Brasil o fato de existir um Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com um Departamento de Geografia próprio, tem tido enorme importância no papel que a Geografia tem desempenhado no processo de planejamento. Isto ocorreu em várias instâncias e situações. A primeira se deu porque, sendo o IBGE o órgão central de estatística, coube à sua ala geográfica produzir e padronizar uma divisão regional para fins de divulgação de dados estatísticos, já na década de 40; esta divulgação de dados estatísticos já trazia embutida a idéia de dados para o planejamento” (FAISSOL, 1988, p. 93-94). Cabe registrar que, nesse texto, o autor não menciona a revisão das Zonas Fisiográficas que foram geradas para adequação da regionalização de 1942 à malha municipal utilizada nos Censos Demográficos 1950 e 1960..

<sup>7</sup> Conforme observado anteriormente, o § 3º do Art. 25 da Constituição Federal estabeleceu a competência dos estados para, “mediante Lei Complementar, instituir Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões” (BRASIL, 2012).

## O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017

Considerando as mudanças ocorridas na dinâmica econômica do mundo, a inserção do Brasil nos circuitos mundiais, as novas polarizações globais, e tendo em vista, ainda, que o território brasileiro vem passando por intenso processo de transformação, que precisa ser identificado em sua diversidade, é oportuna a construção de um novo modelo de divisão regional para o País.

É expressivo o aumento verificado na diferenciação interna do espaço territorial brasileiro, como resultado de modificações econômicas, demográficas, políticas e ambientais vivenciadas nas últimas décadas, reforçando a necessidade de atualização do quadro regional anterior (Mesorregiões e Microrregiões Geográficas) produzido na década de 1980.

O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017 incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. O processo socioespacial recente de fragmentação/articulação do território brasileiro, em seus mais variados formatos, pode ser visualizado em vários estudos desenvolvidos no IBGE. O recurso metodológico utilizado na elaboração da presente Divisão Regional do Brasil valeu-se dos diferentes modelos territoriais oriundos de estudos pretéritos, articulando-os e interpretando a diversidade resultante. A região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas.

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais (REGIÕES..., 2008)<sup>8</sup>. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias.

As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade.

O trabalho desenvolvido pelos geógrafos do IBGE foi realizado com o auxílio de sua Rede de Agências e Unidades Estaduais na tarefa de recortar o Brasil em unidades territoriais, seguindo critérios claros e aplicáveis a todo o País.

De acordo com as definições previamente estabelecidas, uma proposta preliminar de divisão regional foi enviada à Rede de Agências e Unidades Estaduais do IBGE, assim como às Secretarias e/ou Institutos de Planejamento das Unidades da Federação. Essa etapa buscou incorporar novos atores ao processo de delimitação das Regiões Geográficas, incluindo o conhecimento local das diferentes formas de organização do espaço brasileiro.

## O processo de regionalização

A proposta de regionalização do território brasileiro foi baseada na identificação de cidades-polo e dos municípios a elas vinculados. A escolha dessa metodologia na construção dos recortes regionais teve como ponto de partida os conceitos de território-rede e território-zona, que ajudam a mostrar a pluralidade das formas de se interpretar o espaço e sua relação com os sujeitos sociais, temas discutidos a seguir.

Pressupondo que o território, enquanto relação de apropriação da sociedade sobre o espaço, não pode ser analisado somente pela fixidez e estabilidade, o conceito de território-rede (HAESBAERT, 2004) incorpora, para além daqueles atributos, o movimento (fluxos) e as diferentes formas de mobilidade. Sendo assim, ele não seria somente um território-zona, mas também um território-rede (HAESBAERT, 2004). A combinação dessas duas interpretações do espaço marcam o método de diferenciação

---

<sup>8</sup> Os centros urbanos no estudo Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007 (REGIÕES..., 2008) foram classificados conforme a seguinte hierarquia: Metrôpoles: Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole; Capital Regional (níveis A, B e C); Centro Sub-Regional (níveis A e B); Centro de Zona (níveis A e B); e Centro Local (REGIÕES..., 2008, p. 11-12).

regional deste trabalho, ao focar não somente a continuidade espacial (uma leitura horizontal), como também os fluxos (i)materiais que os atravessam.

O território-zona – um território contínuo – é identificado quando os fluxos e fixos se localizam em um espaço ininterrupto e homogêneo. No Projeto Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, o maior exemplo seriam os arranjos populacionais, que correspondem a uma área contínua de municípios (divisão político-administrativa) que possuem elementos imóveis/fixos, são conurbados e apresentam fluxos (deslocamento cotidiano para trabalho e estudo) em uma porção relativamente coesa do território (ARRANJOS..., 2015).

Segundo Barbosa (2014), a região zonal – território-zona – não tem sentido se for levada em consideração como uma unidade independente. É preciso considerar que esse território está inserido em um espaço mais amplo e se conecta, por intermédio de redes, com outros centros distantes. As interações espaciais, por meio dos polos e redes, também reorientam as estruturas essenciais para as delimitações de regiões polarizadas.

Sobre o território-rede, sua premissa é a centralidade medida a partir do controle que as cidades exercem por suas funções de alcance intra e inter-regionais. A ampliação dos fluxos no espaço geográfico, proveniente da diversificação dos processos na pós-modernidade, gera uma divisão territorial cada vez mais complexa. Assim, a discriminação dos fluxos, por meio de níveis, intensidades e orientações, está relacionada a uma complexa divisão territorial do trabalho e à pluralidade de objetos e ações construídas socialmente, que auxiliam a definição de um quadro territorial, conjugando usos contínuos e fluxos (RIBEIRO, 2001).

A conjugação dessas duas dimensões (e metodologias) precisa ser levada em consideração, pois, se a lógica zonal capta um sentido de organização e de uso contínuo do território, a lógica em rede valoriza a interação nela presente. Enquanto as divisões regionais baseadas em áreas definem os espaços de continuidade, as divisões regionais baseadas em redes mostram polarizações estruturadas por funções e fluxos. Embora métodos distintos, de maneira alguma são exclusivos, e é da sua conjugação que resultam os métodos de regionalizações mais complexos e abrangentes, intuito deste trabalho.

Para o entendimento de uma regionalização mais abrangente e complexa, pode-se novamente citar Haesbaert (2010), mostrando as diversas formas de elaboração de recortes regionais. O autor refere-se a diferentes maneiras nas quais uma região pode ser definida. A primeira perspectiva concebe a região como “artifício”, considerada como um instrumento de análise. Essa regionalização permitiria o uso de qualquer atributo, variando de acordo com o objetivo pesquisado. Uma segunda forma de regionalização considera a região como “fato”, ou seja, uma região “dada” por outros sujeitos sociais em seus espaços vividos. É nessa abordagem em que se poderiam colocar os regionalismos. A terceira abordagem considera a região como “plano” – um instrumento de intervenção no espaço –, buscando conduzir a dinâmica socioespacial regional. A última das formas de interpretação do espaço em regiões, segundo o autor, leva em conta a região como “artifício”. Esse enfoque é ao mesmo tempo teórico e prático e tenta responder a distintas articulações da sociedade no tempo e no espaço.

Independentemente do conceito a ser escolhido, é imperativo saber que a região é circunstanciada, historicamente, como uma articulação espacial por meio dos diferentes sujeitos sociais que nela estão inseridos – e se inserem também. Escolher uma das formas de regionalização, portanto, não invalida as outras. É possível escolher a que se mostrar mais adequada para determinado objetivo, porém é necessário deixar claro os pressupostos assumidos, e os objetivos a serem alcançados.

A construção do presente recorte regional pode ser avaliada em duas etapas distintas e complementares: a primeira se refere aos levantamentos bibliográficos dos conceitos de regionalização e dos recortes regionais elaborados pelo Instituto – explicitados e desenvolvidos a seguir – acompanhada da escolha de premissas e critérios para as definições das regiões. Esse constructo se completa em uma segunda etapa, na qual a divisão regional obtida foi avaliada pela Rede de Agências e Unidades Estaduais do IBGE e também pelas Secretarias e/ou Institutos de Planejamento das Unidades da Federação. A seguir, listam-se outros estudos regionais do IBGE que constituíram as principais referências utilizadas na presente proposta de regionalização:

- **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007**

Define a hierarquia dos centros urbanos e delimita as regiões de influência a eles associadas a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. Para tal, foram utilizados dados de pesquisa específica e, secundariamente, dados de outros levantamentos também efetuados pelo IBGE, bem como registros provenientes de órgãos públicos e empresas privadas (REGIÕES..., 2008).

- **Divisão Urbano-Regional**

Tendo por base o arcabouço conceitual-metodológico desenvolvido no REGIC 2007 (REGIÕES..., 2008), fornece uma visão regional do Brasil a partir dos fluxos articulados por sua rede urbana. O estudo identificou regiões em três escalas: Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, e Regiões Imediatas de Articulação Urbana. Todas as regiões identificadas são formadas a partir de uma cidade que comanda a sua região, estabelecendo-se relacionamentos entre agentes e empresas nos respectivos territórios (DIVISÃO..., 2013).

- **Gestão do Território 2014**

Aborda o tema das redes e fluxos do território em uma de suas dimensões imateriais, porém com grande força de organização espacial: os fluxos de gestão. Nesse sentido, o estudo busca compreender como as diferentes regiões e cidades se conectam por meio da gestão do território, e quais são os polos que concentram a capacidade de comando e controle do País, tanto do lado do Estado – representado pelas instituições públicas federais que possuem unidades espalhadas pelo Território Nacional para atender à população, levantar dados e informações e recolher tributos – quanto do lado do mercado – representado pelas empresas privadas multilocalizadas (GESTÃO..., 2014).

#### • **Logística dos Transportes do Brasil 2014**

Apresenta as principais estruturas de transporte, tais como rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos e portos, bem como outros equipamentos associados à logística do transporte de cargas e pessoas no País, como armazéns, estações aduaneiras de interior (chamados portos secos), pontos de fronteira, aeródromos públicos e terminais hidroviários (LOGÍSTICA..., 2014).

#### • **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**

Fornecer um modelo territorial das relações econômicas e sociais intrínsecas ao processo de urbanização. Nesse sentido, apresenta um quadro dos arranjos populacionais (agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, em razão dos deslocamentos cotidianos para trabalho ou estudo ou à contiguidade entre manchas urbanas). Essas unidades de análise formam um espaço urbano único, que, para efeito do presente projeto de regionalização, foi considerado indivisível (ARRANJOS..., 2016).

Para a delimitação das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, objeto da presente proposta de regionalização, foi utilizada, em um primeiro momento, a Divisão Urbano-Regional (DIVISÃO..., 2013), em suas escalas imediata e intermediária (Regiões Imediatas de Articulação Urbana e Regiões Intermediárias de Articulação Urbana). Cabe lembrar também que a própria Divisão Urbano-Regional partiu do REGIC 2007 (REGIÕES..., 2008), e que nenhum desses estudos respeita os limites das Unidades da Federação. Para a delimitação das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, no entanto, isso não era aplicável, uma vez que tais regiões têm como restrição os limites das Unidades da Federação. Da mesma forma, as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias possuem um balizamento, em termos de números mínimo e máximo de municípios na composição de cada uma das escalas (Imediata e Intermediária), ou seja: a noção de uma homogeneidade/proporcionalidade territorial e municipal, criando regiões com a mesma hierarquia, porém com extensões territoriais e quantitativos de municípios bastante diversos.

Partindo dessa ideia inicial, são necessárias regras específicas para cada uma das escalas, considerando os números mínimo e máximo de municípios possível. A princípio, para cada Região Geográfica Imediata, foram estabelecidos o limite mínimo de cinco e o limite máximo de 25 municípios. Além disso, foram utilizados os resultados das Estimativas da População Residente para os Municípios Brasileiros em 1º de julho de 2016 (ESTIMATIVAS..., 2016), calculadas pelo IBGE, a fim de tentar limitar o tamanho de cada região a um contingente populacional mínimo de 50 000 habitantes. Empregando a hierarquização das cidades de acordo com o REGIC 2007 (REGIÕES..., 2008), definiu-se que cada Região Geográfica Imediata deveria conter, no mínimo, uma cidade classificada como Centro de Zona B, nível de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata.

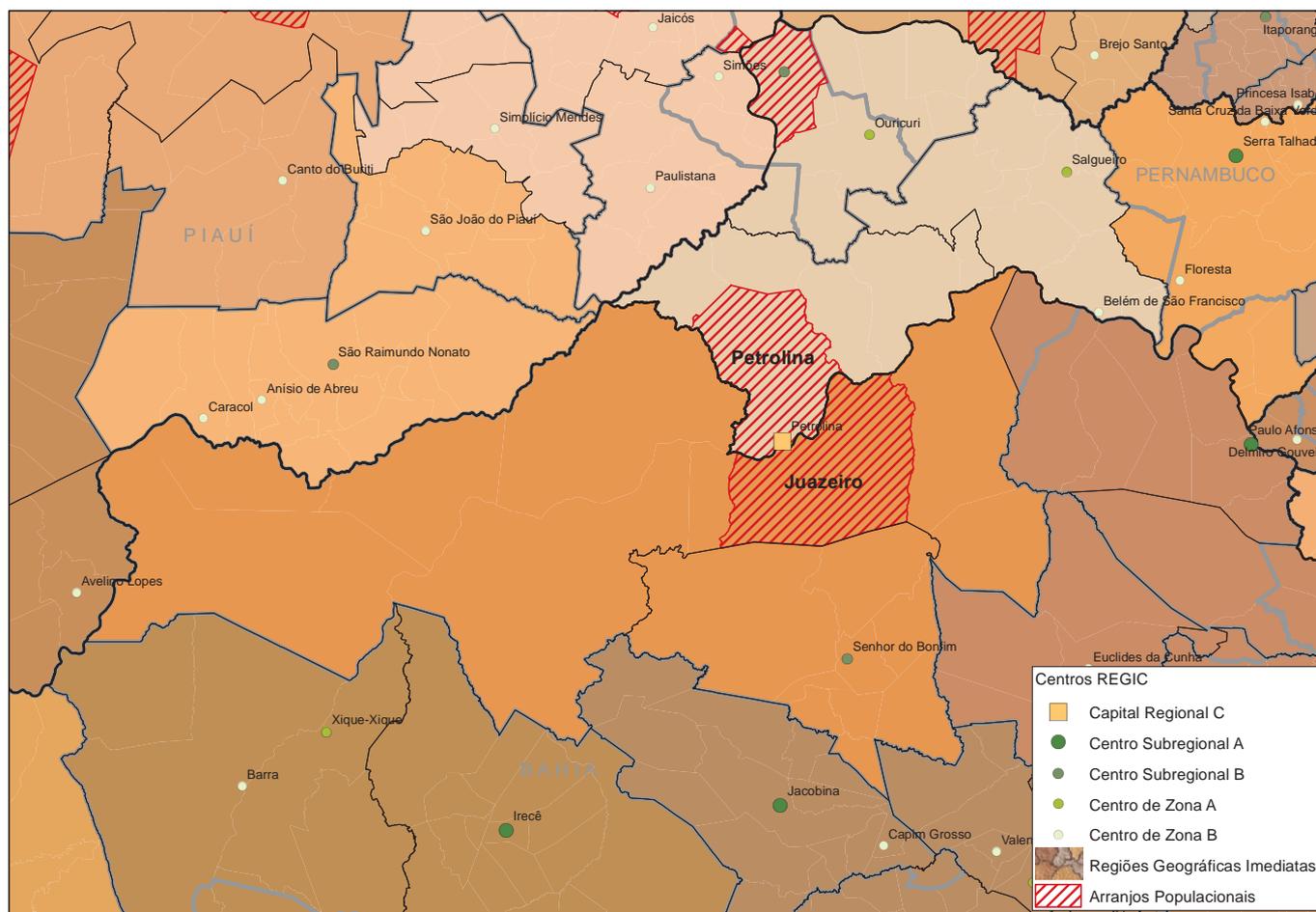
Seguindo essas regras, foram avaliados a seguir, município por município, os dados de fluxos de gestão pública e gestão empresarial (GESTÃO..., 2014), de deslocamento para trabalho e estudo (ARRANJOS..., 2016) e das regiões de influência das cidades (REGIÕES..., 2008) utilizados como referência para a produção do novo recorte regional proposto. Respeitando o princípio federativo, foram criados, assim, ao menos quatro Regiões Geográficas Imediatas por Unidade da Federação, a fim de

possibilitar a divulgação estatística e auxiliar no planejamento público – esse quantitativo foi escolhido visando a que cada Unidade da Federação tenha pelo menos duas Regiões Geográficas Intermediárias e que estas não apresentem o mesmo recorte das Regiões Geográficas Imediatas.

Cabe ressaltar uma importante premissa: as Regiões Geográficas Imediatas respeitam as divisões das Unidades da Federação, mesmo quando a unidade regional coesa ultrapassa os limites estaduais, como é o caso, por exemplo, dos Municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, que possuem fortes relações entre si, formando um arranjo populacional, mas se situam em Unidades da Federação diferentes: Pernambuco e Bahia, respectivamente (Figura 1). Seguindo, então, a premissa citada, a realidade regional é refletida em duas Regiões Geográficas Imediatas, sendo uma em cada Unidade da Federação.

Na composição das Regiões Geográficas Imediatas, os arranjos populacionais, até por sua própria definição (ARRANJOS..., 2016), foram considerados como uma unidade urbana básica indivisível. Assim, cada arranjo só poderia pertencer a uma única Região Geográfica Imediata, salvo no caso de uma parte do arranjo estar em uma Unidade da Federação, e a outra parte localizar-se em outra, ou mesmo em um outro país, já que há, também, arranjos populacionais internacionais. Mais uma vez, os casos de Petrolina/PE e Juazeiro/BA ilustram essa regra (Figura 1).

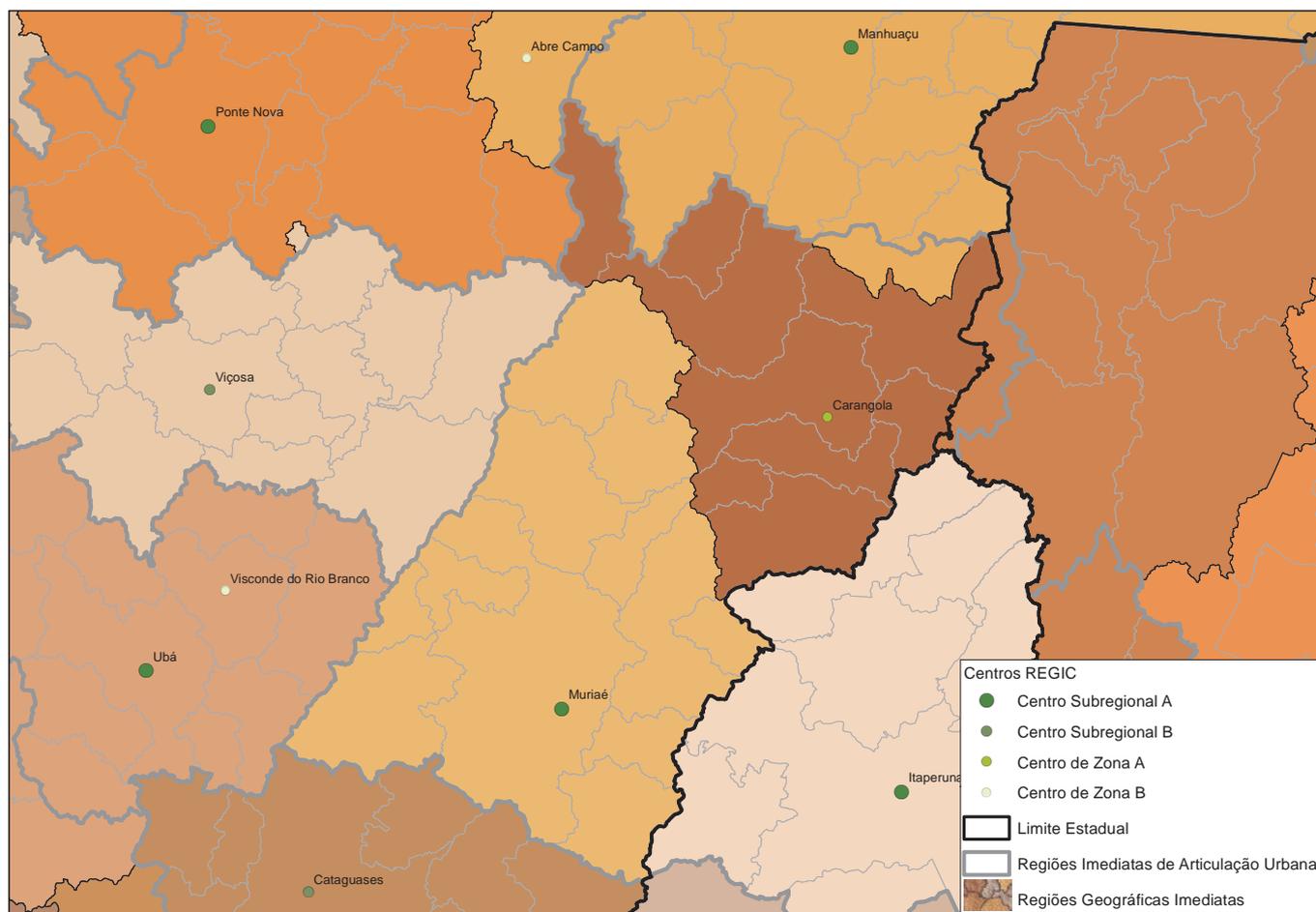
**Figura 1 - Arranjo Populacional de Petrolina/PE-Juazeiro/BA**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Caso uma Região Imediata de Articulação Urbana possuísse mais de um centro urbano no REGIC 2007, ela poderia dar origem a mais de uma Região Geográfica Imediata, desde que cada centro articulasse quatro ou mais municípios e tivesse população total superior a 50 000 habitantes (Figura 2).

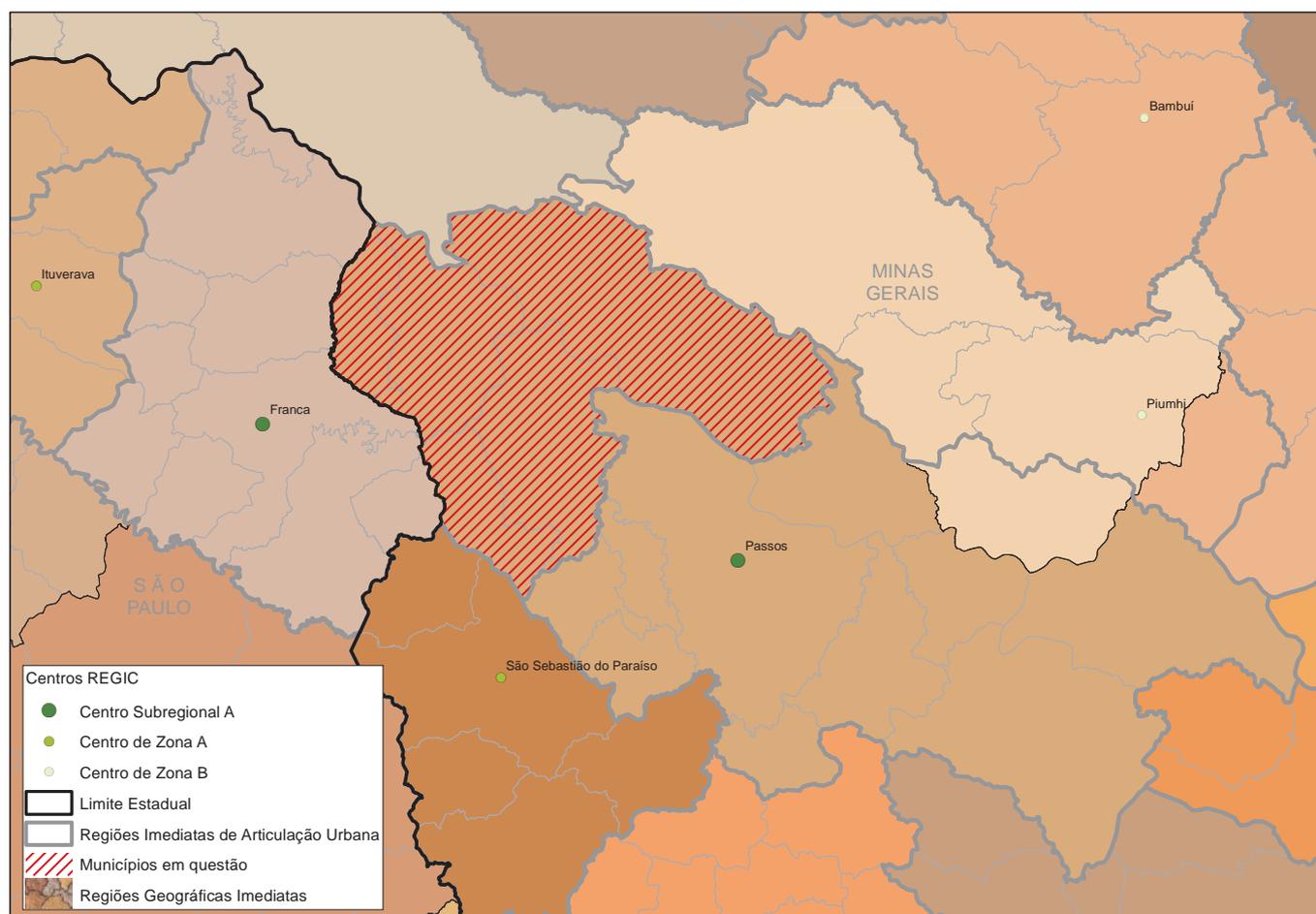
**Figura 2 - Região Imediata de Articulação Urbana de Muriaé/MG formadora da Região Geográfica Imediata de Muriaé/MG e da Região Geográfica Imediata de Carangola/MG**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Como a Região Imediata de Articulação Urbana não respeita, necessariamente, os limites das Unidades da Federação, alguns municípios subordinados ao centro articulador dessa região podem estar localizados em outra Unidade da Federação. Esses municípios poderiam tornar-se Regiões Geográficas Imediatas, desde que houvesse articulação interna; caso contrário, eles seriam incorporados às Regiões Geográficas Imediatas vizinhas. Como exemplo, tem-se a Região Imediata de Articulação Urbana de Franca/SP, onde os municípios que a compõem e estão no Estado de Minas Gerais foram incorporados na Região Geográfica Imediata de Passos/MG (Figura 3).

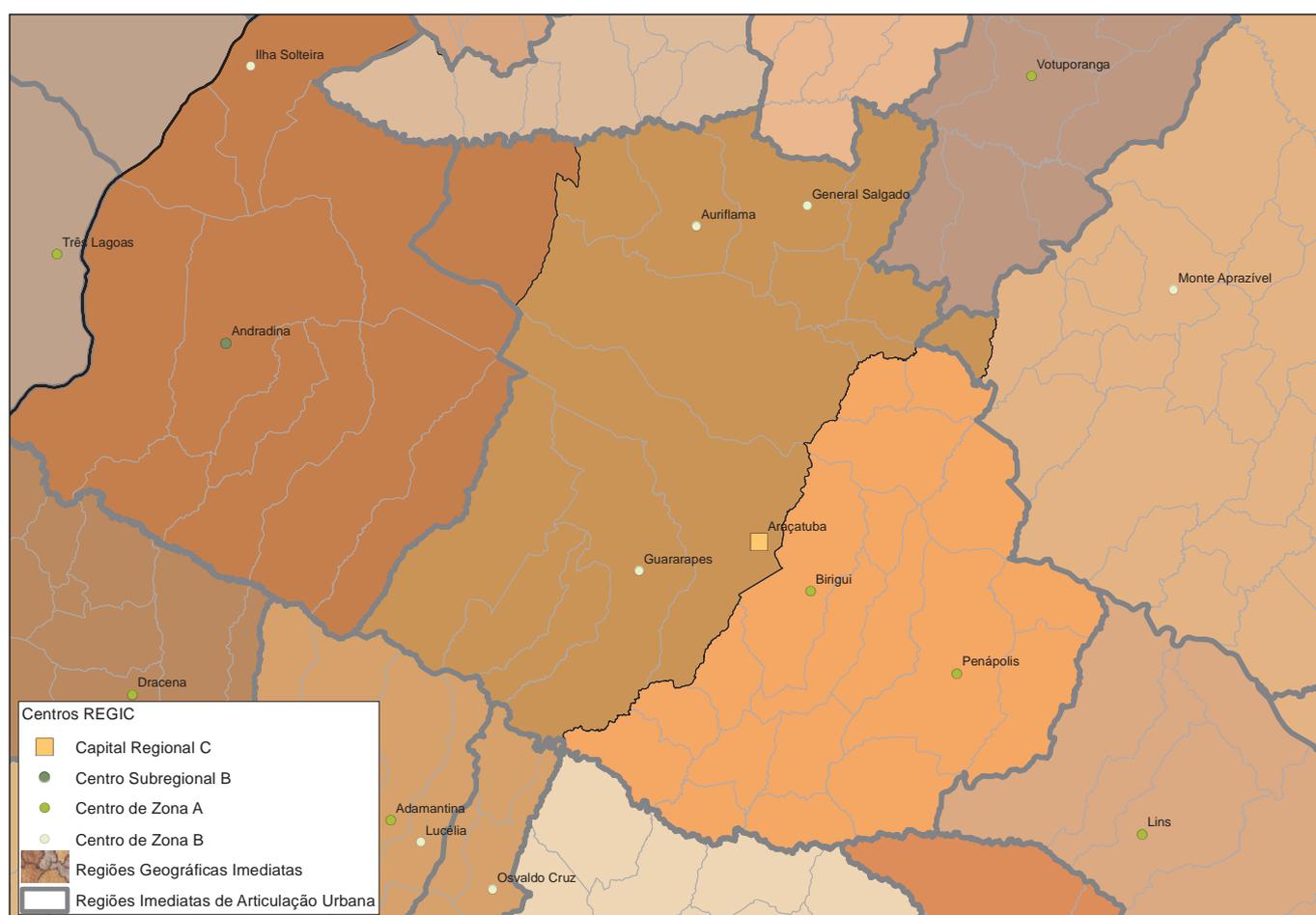
**Figura 3 - Municípios da Região Imediata de Articulação Urbana de Franca/SP que estão no Estado de Minas Gerais**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

No caso das Regiões Geográficas Imediatas formadas com mais de 25 municípios, houve a possibilidade de serem divididas, desde que possuíssem pelo menos um Centro de Zona B no REGIC 2007 articulando uma sub-região. O caso de Araçatuba/SP é, novamente, exemplo de uma Região Geográfica Imediata que, inicialmente, possuía mais de 25 municípios, e onde foram identificadas outras centralidades que articulam uma sub-região (Figura 4).

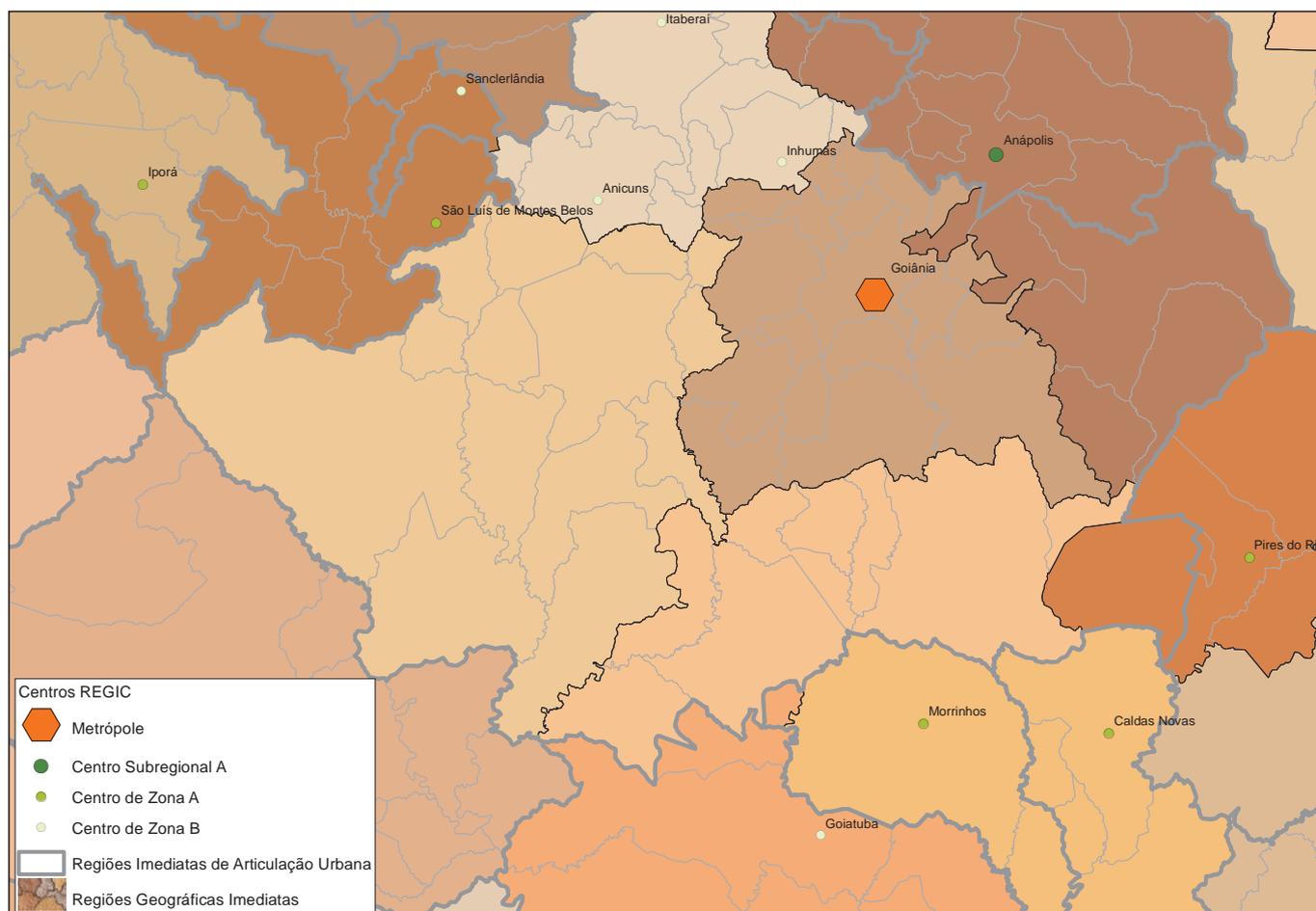
**Figura 4 - Região Imediata de Articulação Urbana de Araçatuba/SP-Região Geográfica Imediata de Araçatuba/SP e Região Geográfica Imediata de Birigui/SP-Penápolis/SP**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Em alguns casos, admitiu-se a criação de Região Geográfica Imediata sem um centro articulador claramente definido, objetivando-se a formação de unidades territoriais de divulgação estatística e planejamento territorial. Isso ocorreu, principalmente, no entorno de grandes concentrações urbanas. Como exemplo, cita-se Goiânia/GO, que articula diretamente uma grande área devido a uma macrocefalia relativa. No entorno da cidade, foram criadas três Regiões Geográficas Imediatas sem um centro articulador claramente definido (Figura 5).

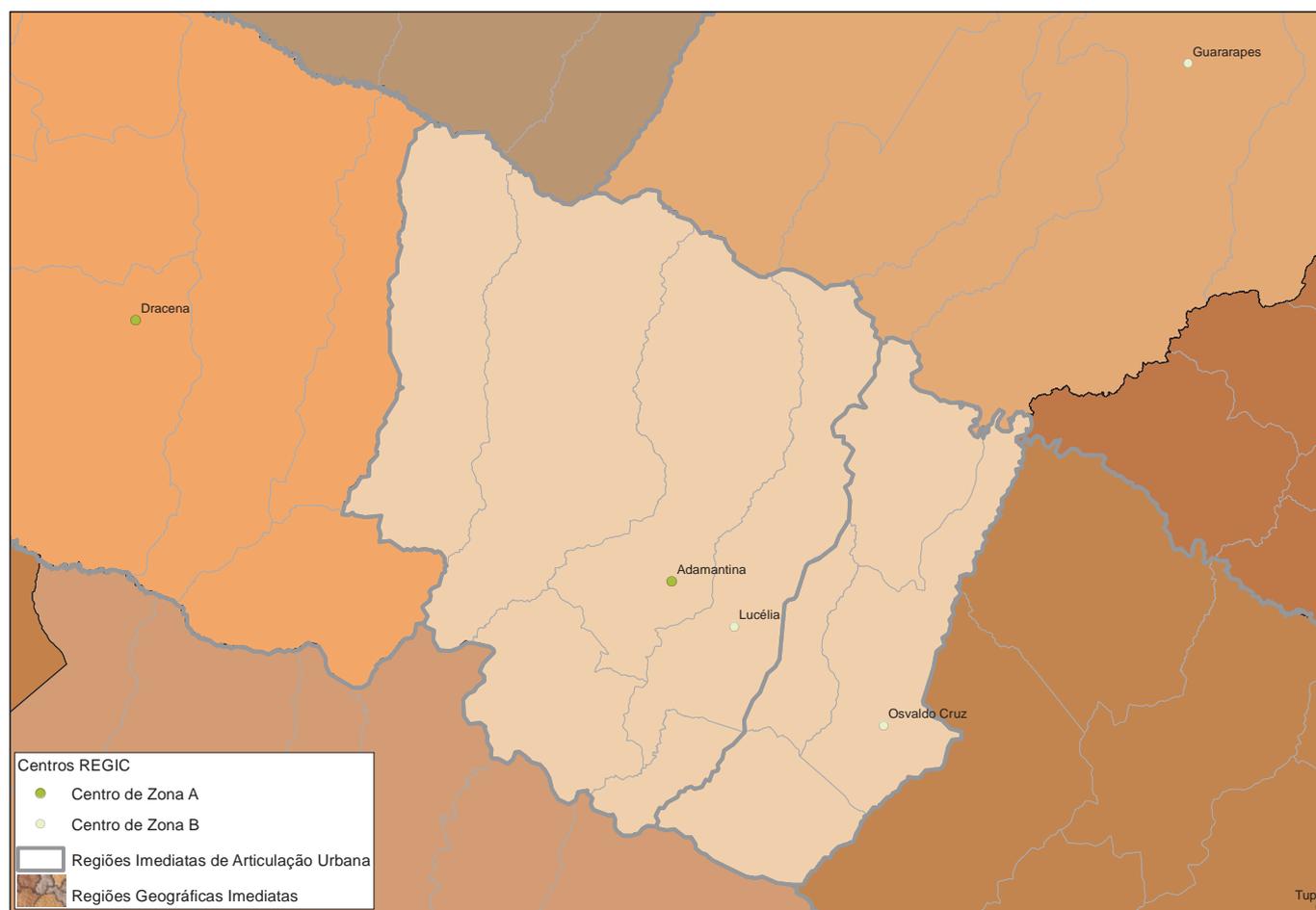
**Figura 5 - Região Imediata de Articulação Urbana de Goiânia/GO e Região Geográfica Imediata sem polo articulador**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

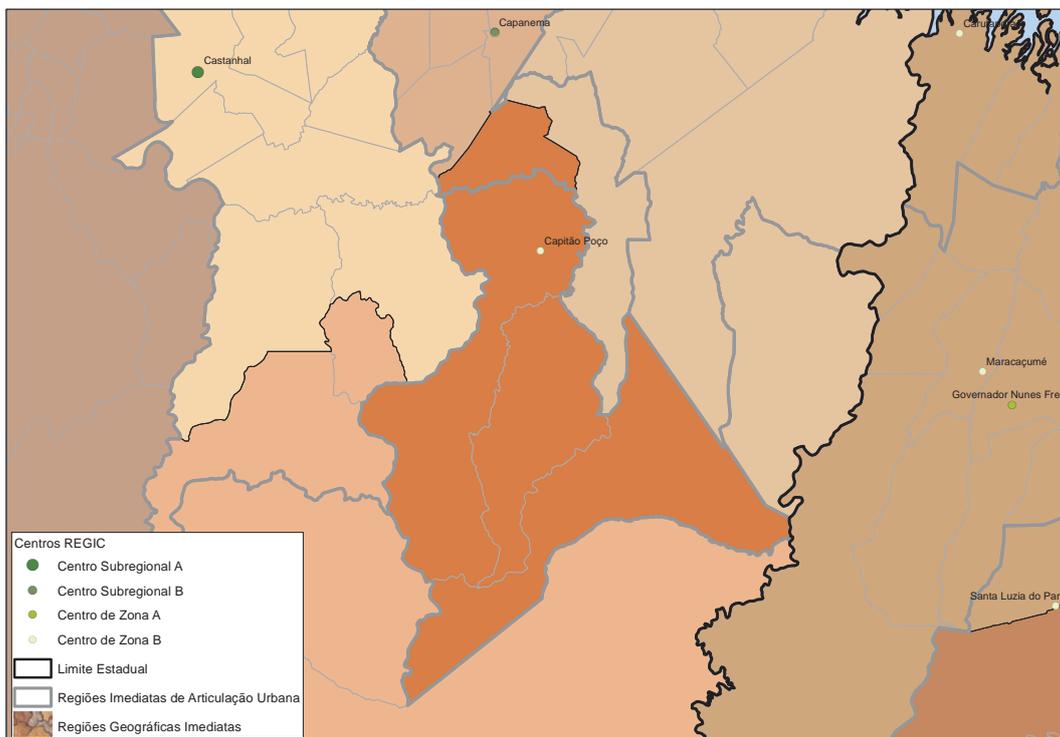
A diversidade de situações existentes no território brasileiro tornou mais evidente a necessidade de se avaliar a possibilidade de criação de Regiões Geográficas Imediatas com menos de cinco municípios. Em muitas situações – geralmente associadas a padrões geográficos específicos, como presença de serras, grandes rios, entre outros aspectos –, um conjunto com quatro, três ou dois municípios destacou-se como unidade regional diferenciada de seu entorno. Para definir a criação, neste caso específico, das Regiões Geográficas Imediatas, partiu-se para a análise das Regiões Imediatas de Articulação Urbana com menos de cinco municípios, em que duas hipóteses eram possíveis: os fluxos foram analisados e a Região Imediata de Articulação Urbana foi incorporada à Região Geográfica Imediata vizinha, caso existisse coesão nos fluxos entre elas, como na Figura 6, ou admitiu-se formar uma Região Geográfica Imediata com menos de cinco municípios (Figuras 7 e 8), caso a Região Imediata de Articulação Urbana possuísse mais de 100 000 habitantes. No caso específico dos estados da Região Norte e os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, esse valor deve superar 50 000 habitantes.

**Figura 6 - Região Imediata de Articulação Urbana de Osvaldo Cruz/SP com quatro municípios**



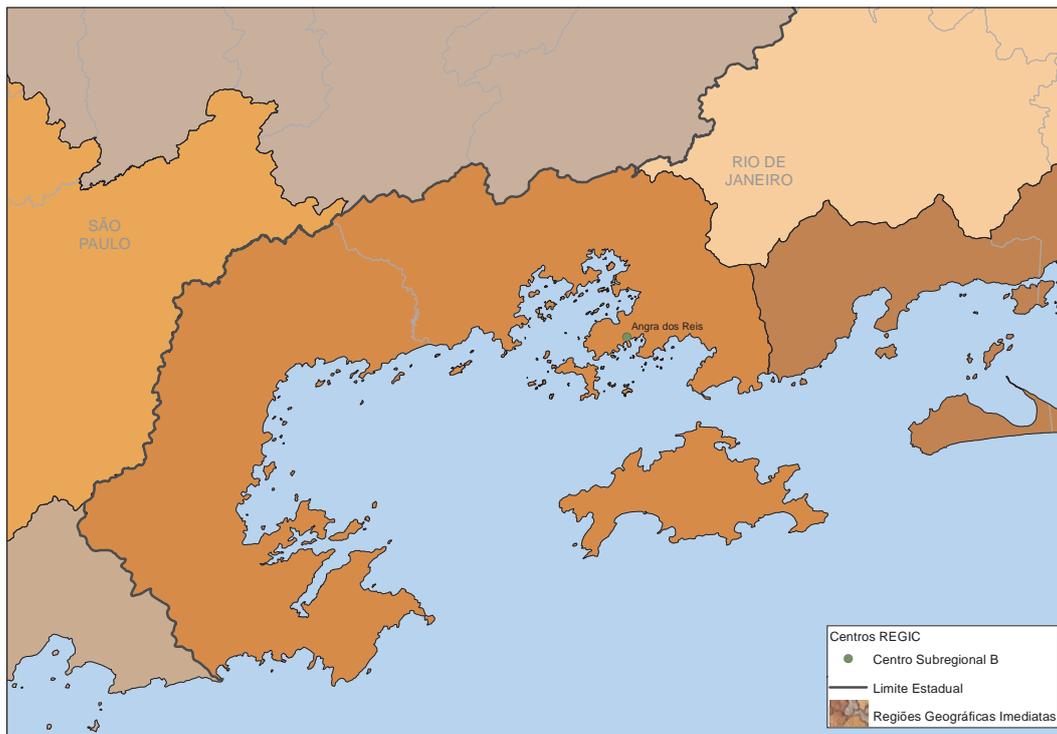
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

**Figura 7 - Região Geográfica Imediata de Capitão Poço/PA com menos de cinco municípios**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

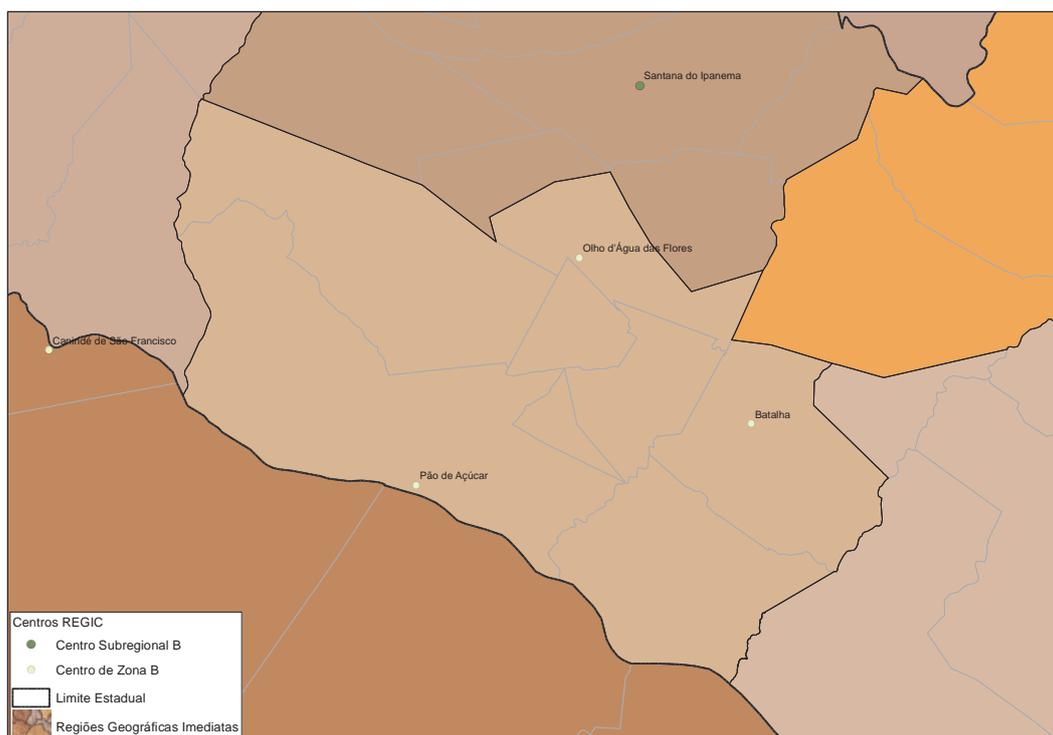
**Figura 8 - Região Geográfica Imediata de Angra dos Reis/RJ com menos de cinco municípios**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Neste trabalho, foram constatadas Regiões Geográficas Imediatas multipolarizadas, dadas as complexidades das articulações entre as cidades que as compõem e a presença de mais de um centro articulador (Figura 9). Essas regiões ocorreram quando uma Região Imediata de Articulação Urbana apresentava diversos centros de mesma hierarquia no REGIC 2007 e preenchiam todas as premissas do trabalho, além de exibir relações bastante entrelaçadas entre os polos e seus municípios do entorno.

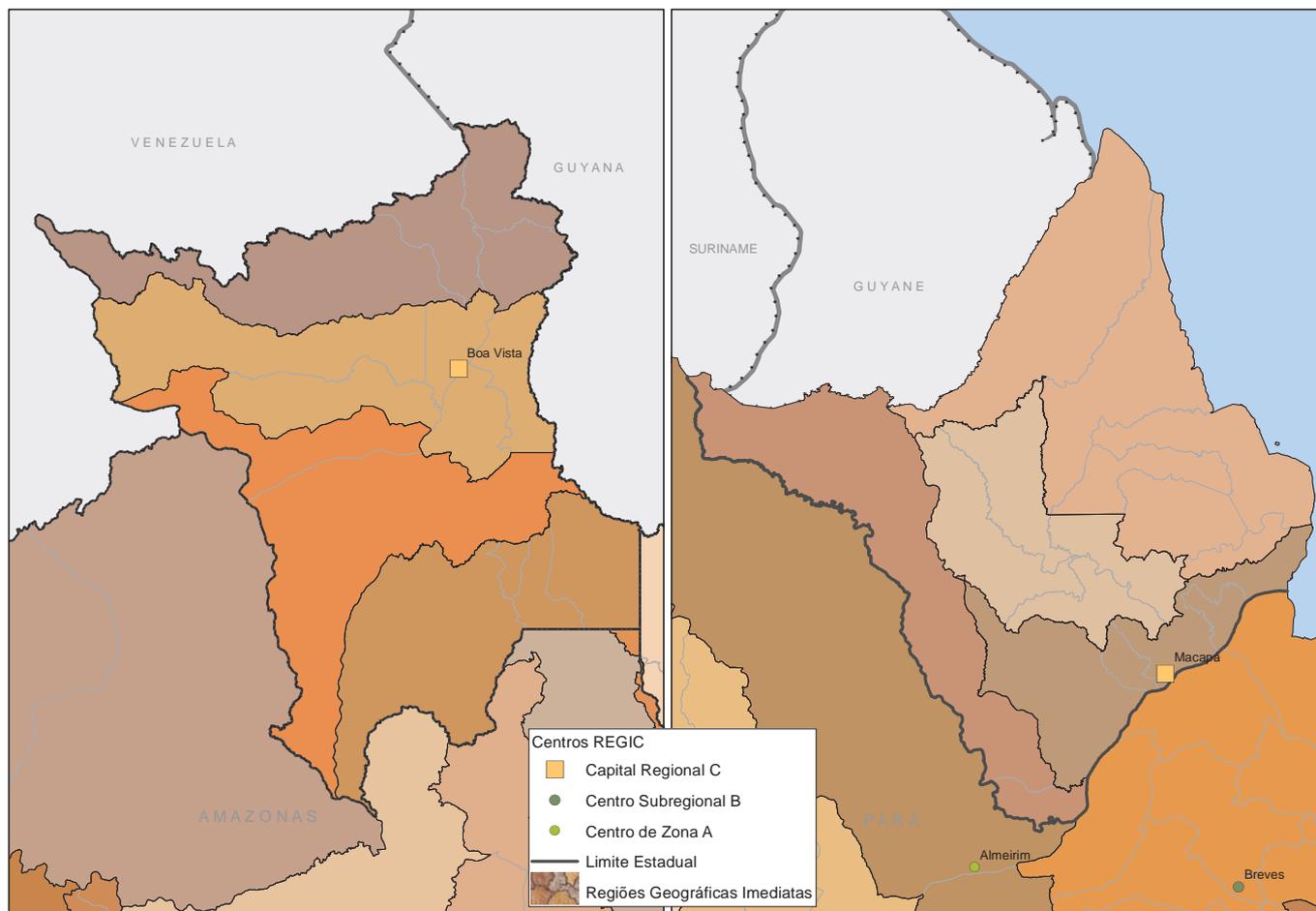
**Figura 9 - Região Geográfica Imediata de Pão de Açúcar/AL-Olho d'Água das Flores/AL-Batalha/AL**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Levando em conta a premissa que respeita o princípio federativo e preconiza a criação de pelo menos quatro Regiões Geográficas Imediatas em cada Unidade da Federação, a fim de possibilitar a divulgação estatística e o planejamento intraestadual, tornou-se necessária a utilização de parâmetros diferenciados para os Estados do Amapá e de Roraima, com vistas a garantir, ao menos, esse número de Regiões Geográficas Imediatas (Figura 10).

**Figura 10 - Região Geográfica Imediata dos Estados de Roraima e Amapá**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

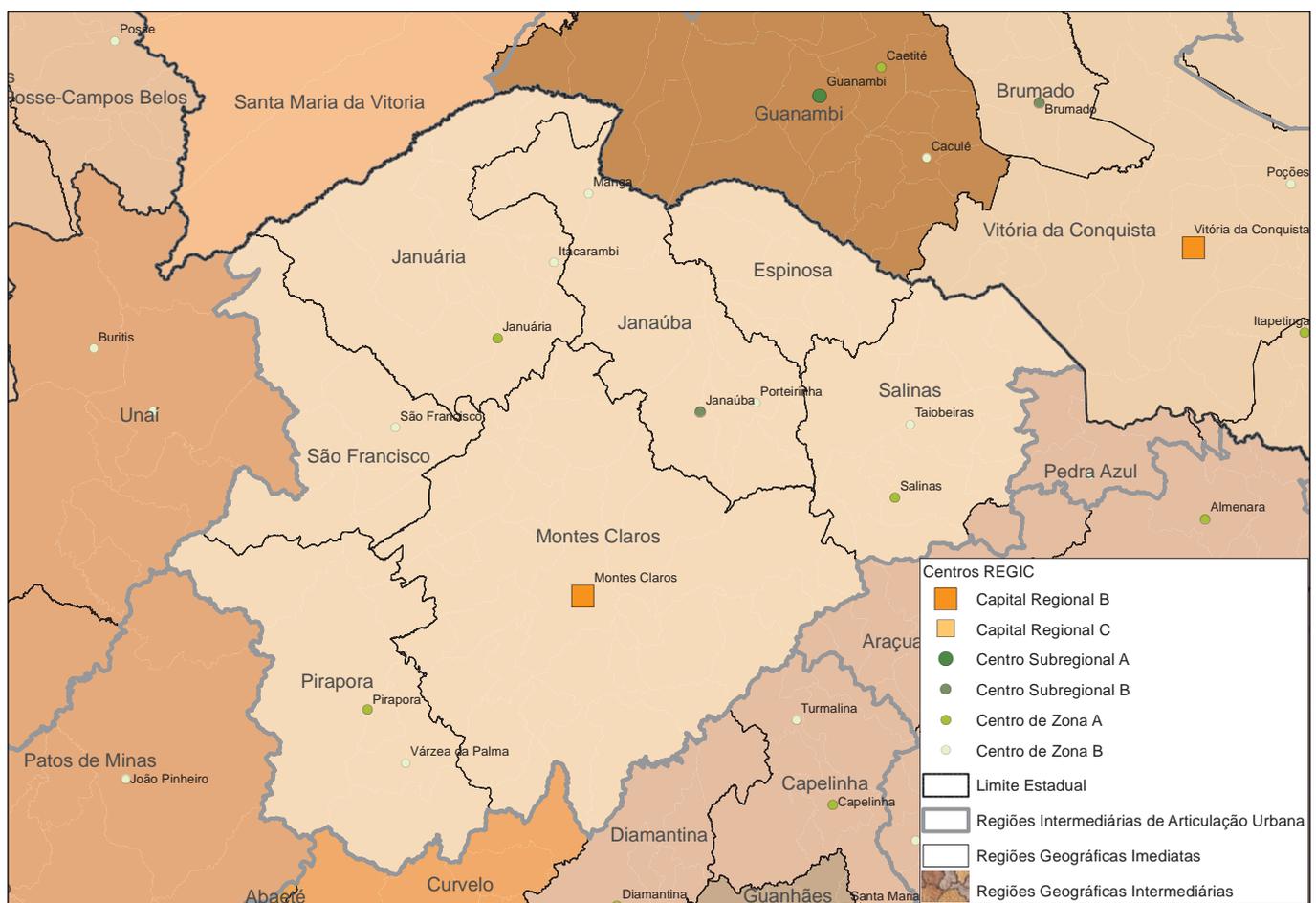
Por fim, para cada Região Geográfica Imediata existe um polo articulador de seu território. O polo, que pode ser um município isolado ou um arranjo populacional, dá nome a essa região.

As Regiões Geográficas Intermediárias, que têm como base as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, são delimitadas a partir das Regiões Geográficas Imediatas – suas unidades fundamentais e indivisíveis<sup>9</sup>. Os dados de fluxos municipais de gestão pública e gestão empresarial (GESTÃO..., 2014), de deslocamento para trabalho e estudo (ARRANJOS..., 2016) e das regiões de influência das cidades (REGIÕES..., 2008) foram agregados por Região Geográfica Imediata, a fim de proporcionar uma análise melhor da composição das Regiões Geográficas Intermediárias. Com isso, estas últimas devem respeitar os limites das Regiões Geográficas Imediatas e das divisões das Unidades da Federação, com um número mínimo de duas Regiões Geográficas

<sup>9</sup> A Divisão Regional do Brasil anterior utilizou um processo diferente – primeiro, foram elaboradas as Mesorregiões, que, posteriormente, foram fragmentadas em Microrregiões. No caso atual, foram construídas, primeiro, as Regiões Geográficas Imediatas (Microrregiões) para, por meio de aglutinação, serem formadas as Regiões Geográficas Intermediárias (Mesorregiões).

Imediatas para cada Região Geográfica Intermediária. Atendendo ao princípio federativo, cada Unidade da Federação deve conter, no mínimo, duas Regiões Geográficas Intermediárias. Idealmente, cada uma dessas regiões apresenta, pelo menos, uma cidade de nível hierárquico classificado como Capital Regional (REGIÕES..., 2008), possuindo área de influência de âmbito regional e sendo referida como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios (Figura 11). Dentre elas, as únicas exceções foram as Regiões Geográficas Intermediárias de Brasília/DF e Florianópolis/SC, que possuem o mesmo território das suas respectivas Regiões Geográficas Imediatas: no primeiro caso, para respeitar o limite do território do Distrito Federal; no segundo, visando separar o litoral sul (Região Geográfica Intermediária de Criciúma/SC), bem como as Regiões Geográficas Intermediárias de Blumenau/SC e Joinville/SC, da região próxima à capital catarinense.

**Figura 11 - Região Geográfica Intermediária de Montes Claros/MG**

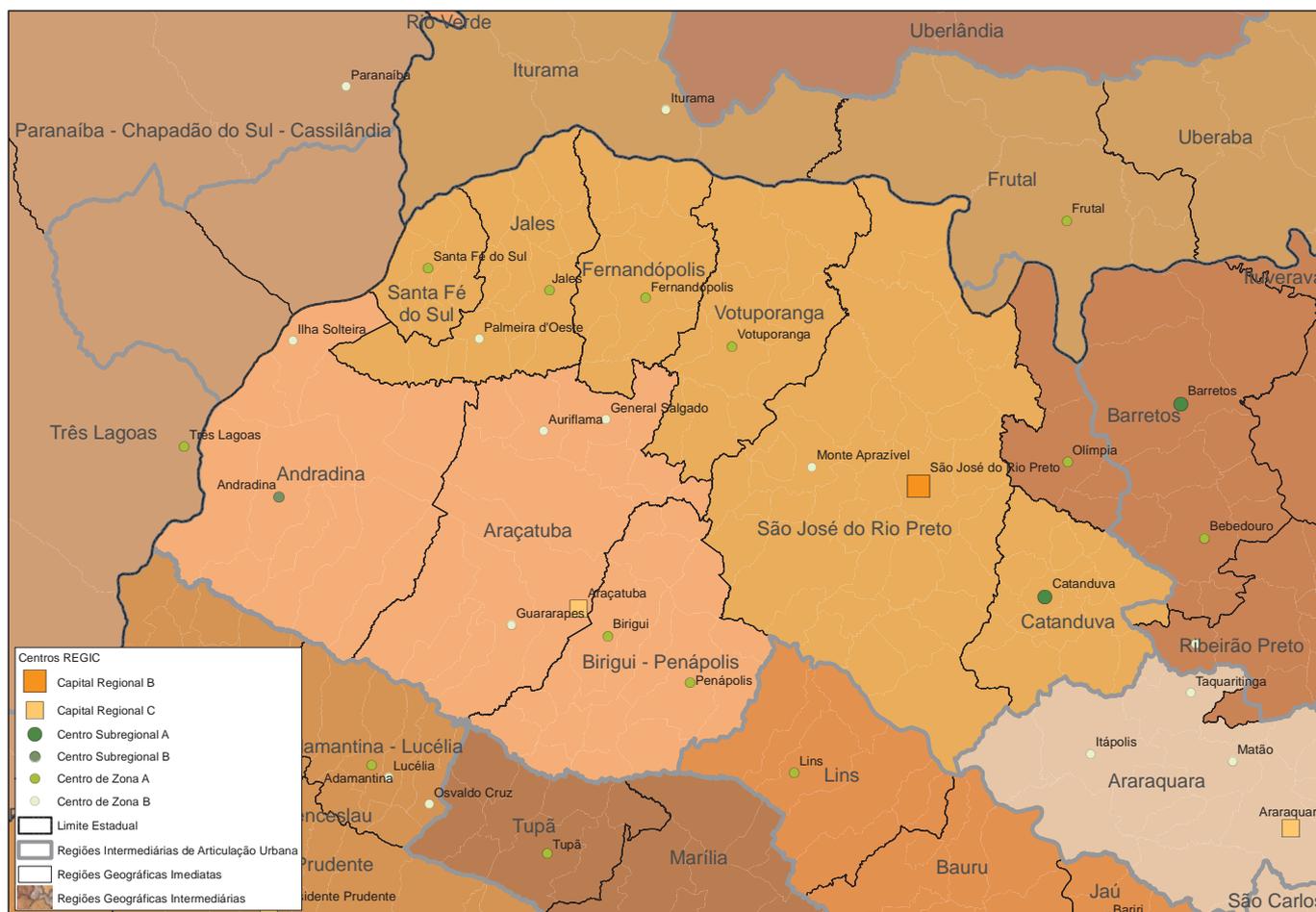


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Devido à diversidade do território brasileiro, alguns casos excepcionais, em relação às premissas e regras, foram encontrados e analisados individualmente. Nesses casos, buscou-se incorporar às regras as heterogeneidades identificadas a partir de utilização da Rede de Agências e Unidades Estaduais do IBGE, de consulta às Secretarias e/ou Institutos de Planejamento das Unidades da Federação, e de diálogos com a Academia.

Caso uma Região Intermediária de Articulação Urbana possuísse mais de uma Capital Regional no REGIC 2007, ela poderia dar origem a mais de uma Região Geográfica Intermediária, desde que cada Região Geográfica Imediata se articulasse com pelo menos outra Região Geográfica Imediata (Figura 12).

**Figura 12 - Região Geográfica Intermediária de São José do Rio Preto/SP e Araçatuba/SP**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Assim, como na escala imediata, as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana não precisam respeitar os limites das Unidades da Federação. Desse modo, certas adaptações foram feitas para a confecção das Regiões Geográficas Intermediárias quando as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana ultrapassavam as divisas das Unidades da Federação.

Devido às características da rede urbana brasileira, nem sempre foi possível atender à premissa referente à Capital Regional. Com isso, admitiu-se a criação de Regiões Geográficas Intermediárias, com pelo menos um Centro Sub-Regional, centros com atividades de gestão menos complexas, apresentando área de atuação mais reduzida que as Capitais Regionais, mas que atuam como polo de referência para as Regiões Geográficas Imediatas de seu entorno.

Em alguns casos pontuais, admitiu-se também a criação de Regiões Geográficas Intermediárias sem um polo articulador claramente definido. O principal motivo para essa exceção às regras é a criação de unidades territoriais de divulgação estatística

e planejamento territorial onde a rede urbana encontra-se ainda no estágio de consolidação. Isso ocorreu, principalmente, na Região Norte e no entorno de Brasília/DF.

Outra exceção às regras estabelecidas foram as Regiões Geográficas Intermediárias multipolarizadas. Tais casos ocorreram onde havia alta complexidade das articulações entre as cidades que compõem essas regiões, sem a presença de um polo articulador definido, ou quando a rede urbana era pouco estruturada – ou seja, havia mais de um polo articulador presente e não foi possível identificar um polo hegemônico no recorte traçado. Neste caso, visando respeitar o princípio federativo, foram criadas pelo menos duas Regiões Geográficas Intermediárias em cada Unidade da Federação. Esse número mínimo de Regiões Geográficas Intermediárias possibilita melhor harmonização das Unidades da Federação.

Os Estados do Amapá e de Roraima, por sua vez, exigiram outros parâmetros para a divisão regional, a fim de garantir pelo menos duas Regiões Geográficas Intermediárias em cada um. Neles, cabe ressaltar, existe uma expressiva macrocefalia relativa em suas capitais, não havendo uma rede urbana com estrutura que justificasse a divisão em mais de uma região. Assim, em Roraima, uma Região Geográfica Intermediária foi formada pelas Regiões Geográficas Imediatas de Boa Vista e Pacaraima, enquanto a outra congregou os municípios ao longo da BR-210 com a Região Geográfica Imediata de Caracará. No Amapá, grosso modo, uma Região Geográfica Intermediária foi constituída a partir da inclusão dos municípios no eixo da BR-156, ao norte de Macapá, com os municípios ao longo da BR-210, enquanto a outra abarcou a Concentração Urbana de Macapá e os municípios do extremo sul do estado.

Por fim, é possível identificar como última etapa desta proposta de divisão regional o recurso dos trabalhos de campo e as visitas técnicas que a equipe de pesquisadores do IBGE realizou ao longo de todo o período. Em cada uma dessas ocasiões, foram apresentados os recortes elaborados e abertas as discussões com os técnicos locais. Nesse sentido, não apenas a Rede de Agências e Unidades Estaduais do IBGE foi consultada, como também as Secretarias e/ou Institutos de Planejamento das Unidades da Federação e outros organismos voltados ao planejamento do território – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e a própria ANIPES –, além, da Academia. Em muitos casos, reuniões foram realizadas em trabalhos de campo; em outros, consultas a distância. Todas as fontes de dados utilizadas são públicas.

Finalmente, as divisões regionais das Unidades da Federação, solicitadas às Secretarias e/ou Institutos de Planejamento, por intermédio da ANIPES, no início do trabalho, foram eventualmente utilizadas para a solução de dúvidas pontuais, sempre levando em consideração as diferenças de critérios observadas entre elas. Nesse processo, toda a diversidade e a complexidade das diferentes realidades brasileiras foram vivenciadas, e o recorte regional atual pretende ser o espelho dessa experiência.

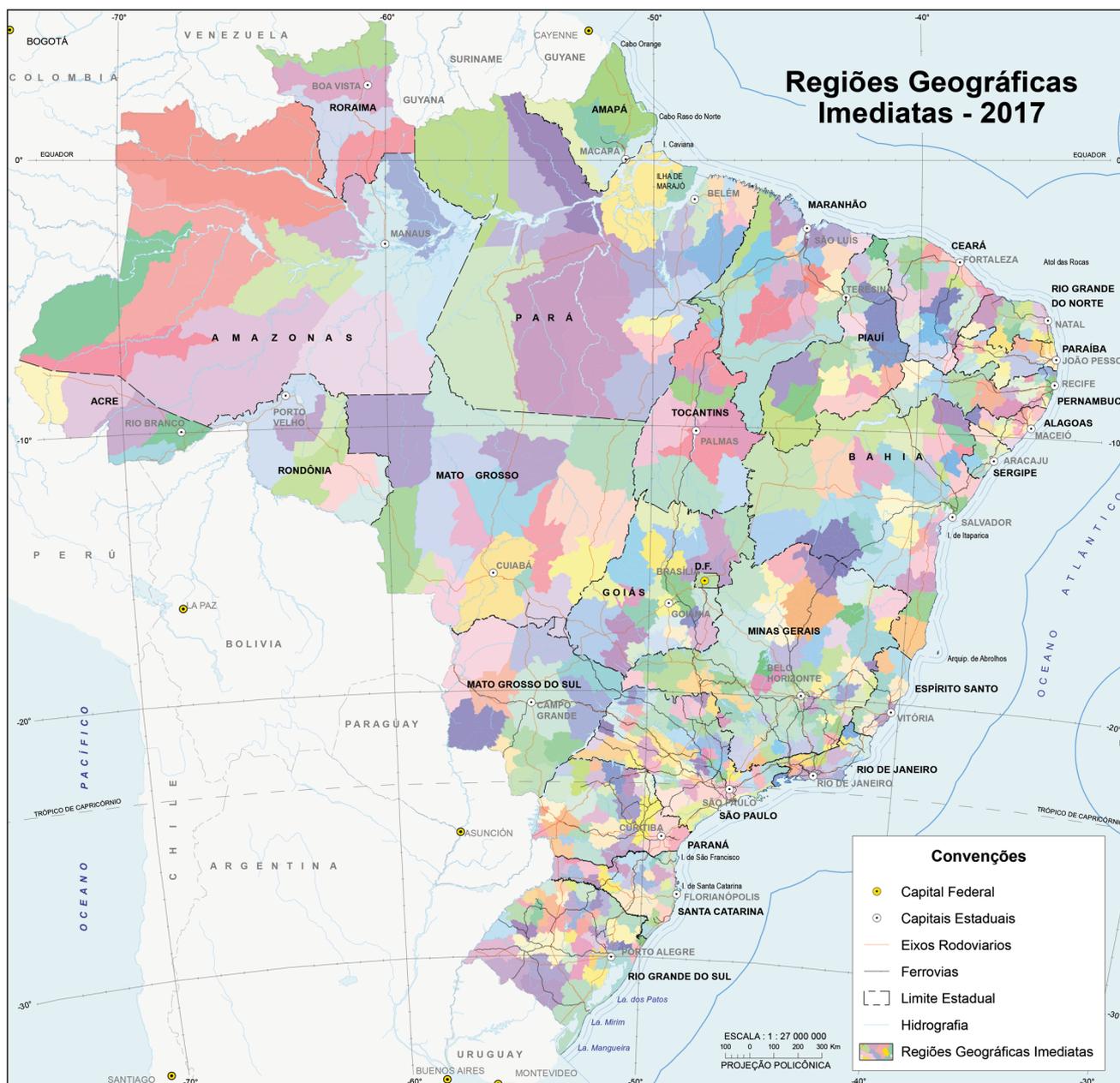
## Mapas e nominata

Os nomes das Regiões Geográficas Imediatas foram definidos a partir do polo de maior hierarquia urbana, com base nos seguintes critérios gerais:

- No caso de o polo de maior hierarquia urbana ser composto por um arranjo populacional, utilizou-se o nome desse recorte; e

- Havendo mais de um polo de mesma hierarquia, estipulou-se a seguinte regra: se as populações dos polos urbanos forem equivalentes, o nome da Região Geográfica Imediata é formado pelos nomes de todos os polos de mesma hierarquia, ordenados pelo tamanho da população; e se a população de um dos polos urbanos superar em 50% a população do(s) outro(s) polo(s), o nome da Região Geográfica Imediata é igual ao do polo de maior população.

**Mapa 1 - Divisão Regional do Brasil - Regiões Geográficas Imediatas - 2017**

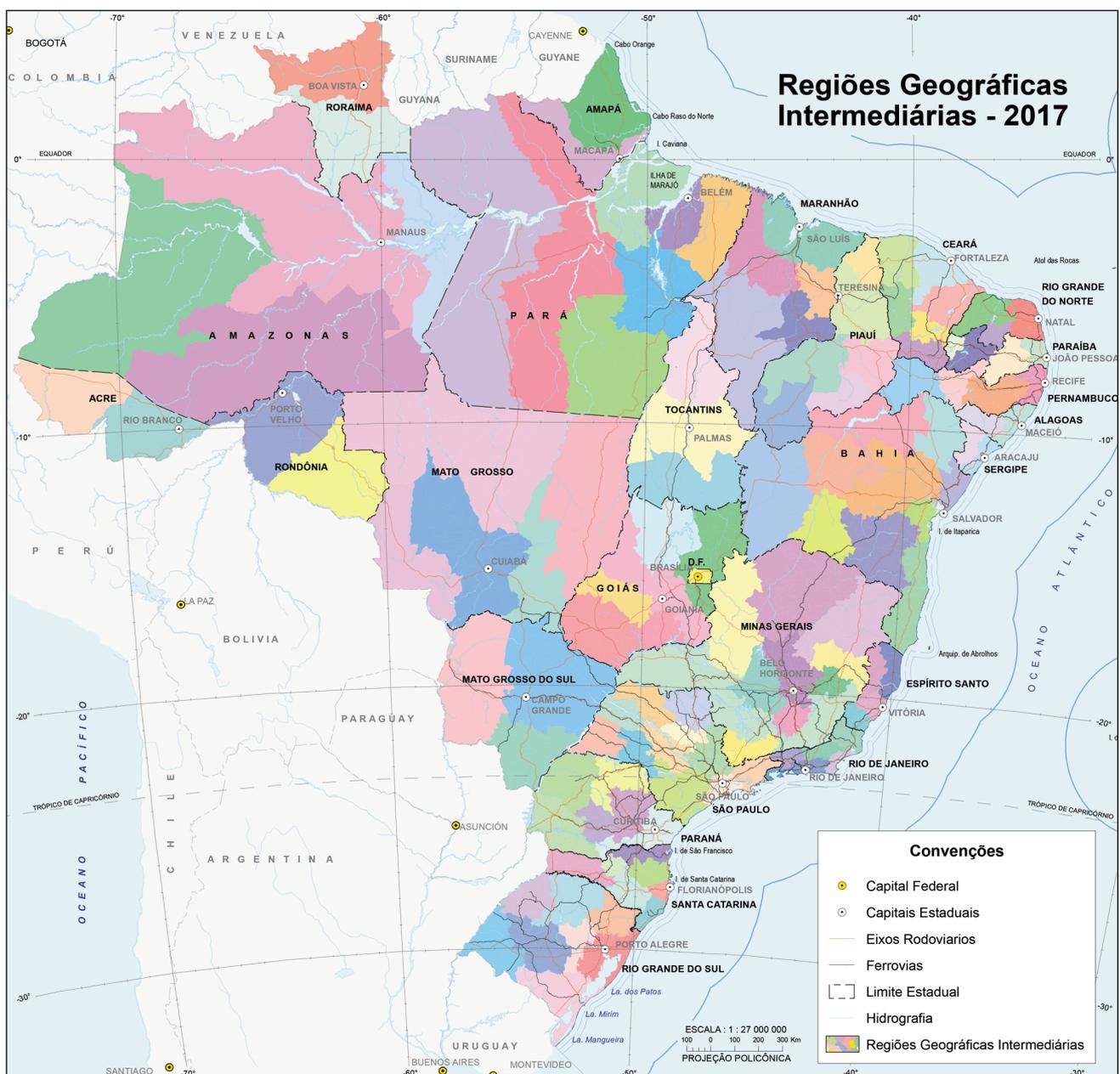


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Os nomes das Regiões Geográficas Intermediárias foram definidos a partir do polo de maior hierarquia urbana. Havendo mais de um polo de mesma hierarquia, foram adotados os seguintes critérios gerais:

- Se as populações dos polos urbanos forem equivalentes, o nome da Região Geográfica Intermediária é formado pelos nomes de todos os polos de mesma hierarquia, ordenados pelo tamanho da população; e
- Se a população de um dos polos urbanos superar em 50% a população do(s) outro(s) polo(s), o nome da Região Geográfica Intermediária é igual ao do polo urbano de maior população. Nos casos de Pelotas/RS-Rio Grande/RS, Ilhéus/BA-Itabuna/BA e Volta Redonda/RJ-Barra Mansa/RJ, adotaram-se os nomes utilizados no REGIC 2007 (REGIÕES..., 2008) para essas concentrações populacionais.

**Mapa 2 - Divisão Regional do Brasil - Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
 Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continua)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica
<b>11 - Rondônia</b>	1101 - Porto Velho		18
		110001 - Porto Velho	5
		110002 - Ariquemes	8
		110003 - Jaru	5
	1102 - Ji-Paraná		34
		110004 - Ji-Paraná	13
110005 - Cacoal		14	
110006 - Vilhena	7		
<b>12 - Acre</b>	1201 - Rio Branco		14
		120001 - Rio Branco	7
		120002 - Brasiléia	4
	120003 - Sena Madureira	3	
	1202 - Cruzeiro do Sul		8
		120004 - Cruzeiro do Sul	5
120005 - Tarauacá		3	
<b>13 - Amazonas</b>	1301 - Manaus		21
		130001 - Manaus	10
		130002 - São Gabriel da Cachoeira	3
		130003 - Coari	4
	1302 - Tefé		4
		130004 - Manacapuru	4
		130005 - Tefé	9
	130006 - Tabatinga	7	
	130007 - Eirunepé	5	
	1303 - Lábrea		9
		130008 - Lábrea	5
1304 - Parintins		4	
	130009 - Manicoré	4	
	130010 - Parintins	5	
130011 - Itacoatiara	6		
<b>14 - Roraima</b>	1401 - Boa Vista		9
		140001 - Boa Vista	5
	140002 - Pacaraima	4	
	1402 - Rorainópolis-Caracará		6
		140003 - Rorainópolis	4
140004 - Caracará		2	
<b>15 - Pará</b>	1501 - Belém		23
150001 - Belém		15	

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
16 - Amapá	1502 - Castanhal	150002 - Cametá	4	
		150003 - Abaetetuba	4	
			39	
		150004 - Castanhal	14	
		150005 - Bragança	6	
		150006 - Capanema	9	
		150007 - Paragominas	6	
		150008 - Capitão Poço	4	
	1503 - Marabá		23	
		150009 - Marabá	13	
		150010 - Parauapebas	4	
	1504 - Redenção	150011 - Tucuruí	6	
			15	
		150012 - Redenção	8	
	1505 - Santarém	150013 - Tucumã-São Félix do Xingu	3	
		150014 - Xinguara	4	
			19	
		150015 - Santarém	6	
	1506 - Altamira	150016 - Itaituba	7	
		150017 - Oriximiná	6	
			9	
	1507 - Breves	150018 - Altamira	7	
		150019 - Almeirim-Porto de Moz	2	
			16	
		150020 - Breves	10	
	1601 - Macapá	150021 - Soure-Salvaterra	6	
			6	
		160001 - Macapá	4	
		160002 - Laranjal do Jari	2	
	1602 - Oiapoque-Porto Grande		10	
		160003 - Oiapoque	6	
	17 - Tocantins	1701 - Palmas	160004 - Porto Grande	4
				42
		170001 - Palmas	10	
		170002 - Porto Nacional	13	
		170003 - Paraíso do Tocantins	14	
		170004 - Miracema do Tocantins	5	
1702 - Araguaína			65	
		170005 - Araguaína	21	
	170006 - Guará	14		
	170007 - Colinas do Tocantins	9		
	170008 - Tocantinópolis	8		

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
 Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
21 - Maranhão	1703 - Gurupi	170009 - Araguatins	13	
			32	
		170010 - Gurupi	18	
		170011 - Dianópolis	14	
	2101 - São Luís		73	
		210001 - São Luís	13	
		210002 - Pinheiro	11	
		210003 - Chapadinha	10	
		210004 - Itapecuru Mirim	9	
		210005 - Viana	10	
		210006 - Barreirinhas	4	
		210007 - Tutóia-Araioeses	7	
		210008 - Cururupu	9	
		2102 - Santa Inês-Bacabal		59
			210009 - Santa Inês	15
			210010 - Bacabal	16
			210011 - Governador Nunes Freire	14
	2103 - Caxias		14	
		210012 - Pedreiras	14	
		210013 - Caxias	6	
	2104 - Presidente Dutra		14	
		210014 - Timon	4	
		210015 - Codó	4	
	2105 - Imperatriz		28	
		210016 - Presidente Dutra	13	
		210017 - São João dos Patos	11	
	22 - Piauí	2201 - Teresina	210018 - Colinas	4
210019 - Imperatriz			43	
210020 - Barra do Corda			17	
210021 - Açailândia			9	
210022 - Balsas			5	
2202 - Parnaíba		12		
	220001 - Teresina	65		
	220002 - Amarante-Água Branca-Regeneração	16		
	220003 - Campo Maior	22		
	220004 - Valença do Piauí	12		
	220005 - Barras	9		
	220006 - Parnaíba	6		
	220007 - Piri-piri	30		
220008 - Esperantina	11			

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
23 - Ceará	2203 - Picos	22009 - Picos	58	
		22010 - Paulistana	33	
		22011 - Oeiras	9	
		22012 - Simplício Mendes	9	
				7
	2204 - São Raimundo Nonato	22013 - São Raimundo Nonato	21	
		22014 - São João do Piauí	13	
			8	
	2205 - Corrente-Bom Jesus	22015 - Corrente	22	
		22016 - Bom Jesus	14	
			8	
	2206 - Floriano	22017 - Floriano	28	
		22018 - Uruçuí	13	
		22019 - Canto do Buriti	7	
			8	
	2301 - Fortaleza	23001 - Fortaleza	51	
		23002 - Itapipoca	20	
		23003 - Redenção-Acarape	7	
		23004 - Canindé	12	
		23005 - Itapagé	6	
			6	
		2302 - Quixadá	23006 - Quixadá	31
			23007 - Russas-Limoeiro do Norte	11
			23008 - Aracati	15
		2303 - Iguatu	23009 - Iguatu	5
			23010 - Icó	15
				10
		2304 - Juazeiro do Norte	23011 - Juazeiro do Norte	5
			23012 - Brejo Santo	30
				22
		2305 - Crateús	23013 - Crateús	8
			23014 - Tauá	13
				10
2306 - Sobral	23015 - Sobral	3		
	23016 - São Benedito - Ipu - Guaraciaba do Norte - Tianguá	44		
	23017 - Acaraú	23		
	23018 - Camocim	11		
		6		
24 - Rio Grande do Norte	24001 - Natal	75		
	24002 - Santo Antônio-Passa e Fica-Nova Cruz	24		
		13		

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
 Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
25 - Paraíba	2402 - Caicó	240003 - Canguaretama	9	
		240004 - Santa Cruz	9	
		240005 - João Câmara	10	
		240006 - São Paulo do Potengi	10	
			24	
		240007 - Caicó	15	
		240008 - Currais Novos	9	
		2403 - Mossoró		68
	240009 - Mossoró		17	
	240010 - Pau dos Ferros		34	
	240011 - Açu		17	
	2501 - João Pessoa		63	
		250001 - João Pessoa	22	
		250002 - Guarabira	26	
		250003 - Mamanguape - Rio Tinto	10	
		250004 - Itabaiana	5	
		2502 - Campina Grande		72
			250005 - Campina Grande	47
			250006 - Cuité - Nova Floresta	10
			250007 - Monteiro	7
250008 - Sumé			8	
2503 - Patos			63	
		250009 - Patos	26	
		250010 - Itaporanga	15	
		250011 - Catolé do Rocha - São Bento	10	
		250012 - Pombal	7	
	250013 - Princesa Isabel	5		
2504 - Sousa-Cajazeiras		25		
	250014 - Sousa	13		
	250015 - Cajazeiras	12		
26 - Pernambuco	2601 - Recife		66	
		260001 - Recife	16	
		260002 - Goiana-Timbaúba	11	
		260003 - Palmares	10	
		260004 - Limoeiro	8	
		260005 - Vitória de Santo Antão	4	
		260006 - Carpina	6	
		260007 - Barreiros-Sirinhaém	5	
		260008 - Surubim	6	
		260018 - Escada - Ribeirão	5	
		2602 - Caruaru		64
			260009 - Caruaru	24

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
27 - Alagoas	2603 - Serra Talhada	260010 - Garanhuns	22	
		260011 - Arcoverde	11	
		260012 - Belo Jardim - Pesqueira	7	
		260013 - Serra Talhada	25	
		260014 - Afogados da Ingazeira	13	
		260015 - Petrolina	12	
		260016 - Araripina	25	
	2604 - Petrolina	260015 - Petrolina	6	
		260016 - Araripina	10	
		260017 - Salgueiro	9	
		2701 - Maceió	270001 - Maceió	52
			270002 - Porto Calvo - São Luís do Quitunde	13
			270003 - Penedo	13
			270004 - São Miguel dos Campos	7
	270005 - União dos Palmares		6	
	270006 - Atalaia		6	
	2702 - Arapiraca		270007 - Arapiraca	7
			270008 - Palmeira dos Índios	50
			270009 - Delmiro Gouveia	17
			270010 - Santana do Ipanema	9
			270011 - Pão de Açúcar-Olho d'Água das Flores-Batalha	9
270012 - Arapiraca		8		
28 - Sergipe		2801 - Aracaju	280001 - Aracaju	46
			280002 - Estância	20
			280003 - Propriá	10
		2802 - Itabaiana	280004 - Itabaiana	16
			280005 - Lagarto	29
	280006 - Nossa Senhora da Glória		14	
	280007 - Itabaiana		6	
	29 - Bahia	2901 - Salvador	290001 - Salvador	9
			290002 - Alagoinhas	33
			290003 - Santo Antônio de Jesus	16
		2902 - Santo Antônio de Jesus	290004 - Cruz das Almas	17
290005 - Valença			41	
290006 - Nazaré-Maragogipe			14	
290007 - Ilhéus - Itabuna			12	
2903 - Ilhéus - Itabuna		290008 - Ilhéus - Itabuna	8	
		290009 - Ilhéus - Itabuna	7	
			290010 - Ilhéus - Itabuna	51
			290011 - Ilhéus - Itabuna	22

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
 Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica
31 - Minas Gerais	2904 - Vitória da Conquista	290008 - Teixeira de Freitas	13
		290009 - Eunápolis - Porto Seguro	8
		290010 - Camacan	8
			77
		290011 - Vitória da Conquista	30
		290012 - Jequié	16
		290013 - Brumado	12
		290014 - Ipiaú	13
		290015 - Itapetinga	6
		2905 - Guanambi	
	290016 - Guanambi		24
	2906 - Barreiras	290017 - Bom Jesus da Lapa	7
			24
	2907 - Irecê	290018 - Barreiras	17
		290019 - Santa Maria da Vitória	7
			29
	2908 - Juazeiro	290020 - Irecê	19
		290021 - Xique-Xique - Barra	10
			18
	2909 - Paulo Afonso	290022 - Juazeiro	9
		290023 - Senhor do Bonfim	9
			30
		290024 - Paulo Afonso	7
		290025 - Ribeira do Pombal	7
		290026 - Euclides da Cunha	5
		290027 - Cícero Dantas	6
	2910 - Feira de Santana	290028 - Jeremoabo	5
			83
		290029 - Feira de Santana	33
		290030 - Jacobina	16
		290031 - Itaberaba	12
		290032 - Conceição do Coité	7
		290033 - Serrinha	5
	290034 - Seabra	10	
3101 - Belo Horizonte		74	
	310001 - Belo Horizonte	29	
	310002 - Sete Lagoas	19	
	310003 - Santa Bárbara-Ouro Preto	6	
	310004 - Curvelo	11	
	310005 - Itabira	9	
	3102 - Montes Claros		86
310006 - Montes Claros		32	
	310007 - Janaúba	11	

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica
		310008 - Salinas	14
		310009 - Januária	8
		310010 - Pirapora	7
		310011 - São Francisco	6
		310012 - Espinosa	8
	3103 - Teófilo Otoni		86
		310013 - Teófilo Otoni	27
		310014 - Capelinha	10
		310015 - Almenara	14
		310016 - Diamantina	13
		310017 - Araçuaí	8
		310018 - Pedra Azul	7
		310019 - Águas Formosas	7
	3104 - Governador Valadares		58
		310020 - Governador Valadares	26
		310021 - Guanhães	20
		310022 - Mantena	7
		310023 - Aimorés - Resplendor	5
	3105 - Ipatinga		44
		310024 - Ipatinga	22
		310025 - Caratinga	16
		310026 - João Monlevade	6
	3106 - Juiz de Fora		146
		310027 - Juiz de Fora	29
		310028 - Manhuaçu	24
		310029 - Ubá	17
		310030 - Ponte Nova	19
		310031 - Muriaé	12
		310032 - Cataguases	10
		310033 - Viçosa	12
		310034 - Carangola	9
		310035 - São João Nepomuceno-Bicas	9
		310036 - Além Paraíba	5
	3107 - Barbacena		49
		310037 - Barbacena	14
		310038 - Conselheiro Lafaiete	21
		310039 - São João del Rei	14
	3108 - Varginha		82
		310040 - Varginha	5
		310041 - Passos	15
		310042 - Alfenas	13
		310043 - Lavras	14
		310044 - Guaxupé	9
		310045 - Três Corações	6
		310046 - Três Pontas-Boa Esperança	5
		310047 - São Sebastião do Paraíso	5
		310048 - Campo Belo	5

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
 Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
32 - Espírito Santo	3109 - Pouso Alegre	310049 - Piumhi	5	
			80	
		310050 - Pouso Alegre	34	
		310051 - Poços de Caldas	8	
		310052 - Itajubá	14	
		310053 - São Lourenço	16	
	3110 - Uberaba	310054 - Caxambu - Baependi	8	
			29	
		310055 - Uberaba	10	
		310056 - Araxá	8	
	3111 - Uberlândia	310057 - Frutal	6	
		310058 - Iturama	5	
			24	
		310059 - Uberlândia	11	
	3112 - Patos de Minas	310060 - Ituiutaba	6	
		310061 - Monte Carmelo	7	
			34	
		310062 - Patos de Minas	18	
	3113 - Divinópolis	310063 - Unai	11	
		310064 - Patrocínio	5	
			61	
		310065 - Divinópolis	20	
		310066 - Formiga	10	
		310067 - Dolores do Indaiá	9	
		310068 - Pará de Minas	7	
	3201 - Vitória	310069 - Oliveira	10	
		310070 - Abaeté	5	
			21	
		320001 - Vitória	10	
		320002 - Afonso Cláudio - Venda Nova do Imigrante - Santa Maria de Jetibá	11	
		3202 - São Mateus		15
			320003 - São Mateus	9
			320004 - Linhares	6
3203 - Colatina			18	
		320005 - Colatina	13	
	320006 - Nova Venécia	5		
3204 - Cachoeiro de Itapemirim		24		
	320007 - Cachoeiro de Itapemirim	12		
	320008 - Alegre	12		
33 - Rio de Janeiro	3301 - Rio de Janeiro	26		
	330001 - Rio de Janeiro	21		
	330002 - Angra dos Reis	2		



**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
 Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica
41 - Paraná	3507 - São José do Rio Preto		100
		350025 - São José do Rio Preto	36
		350026 - Catanduva	16
		350027 - Votuporanga	12
		350028 - Jales	18
		350029 - Fernandópolis	11
		350030 - Santa Fé do Sul	7
	3508 - Ribeirão Preto		64
		350031 - Ribeirão Preto	26
		350032 - Barretos	16
		350033 - Franca	10
		350034 - São Joaquim da Barra-Orlândia	6
		350035 - Ituverava	6
	3509 - Araraquara		26
		350036 - Araraquara	17
		350037 - São Carlos	9
	3510 - Campinas		87
		350038 - Campinas	18
		350039 - Jundiá	9
		350040 - Piracicaba	11
		350041 - Bragança Paulista	11
		350042 - Limeira	4
		350043 - Mogi Guaçu	4
		350044 - São João da Boa Vista	9
		350045 - Araras	4
		350046 - Rio Claro	5
		350047 - São José do Rio Pardo-Mococa	7
		350048 - Amparo	5
	3511 - São José dos Campos		39
		350049 - São José dos Campos	8
		350050 - Taubaté-Pindamonhangaba	10
		350051 - Caraguatatuba-Ubatuba-São Sebastião	4
		350052 - Guaratinguetá	8
		350053 - Cruzeiro	9
	4101 - Curitiba		45
		410001 - Curitiba	29
		410002 - Paranaguá	7
		410003 - União da Vitória	9
	4102 - Guarapuava		19
		410004 - Guarapuava	12
		410005 - Pitanga	7
	4103 - Cascavel		100
		410006 - Cascavel	23
		410007 - Foz do Iguaçu	7
		410008 - Toledo	14

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
42 - Santa Catarina	4104 - Maringá	410009 - Francisco Beltrão	21	
		410010 - Pato Branco	15	
		410011 - Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu	8	
		410012 - Dois Vizinhos	6	
		410013 - Marechal Cândido Rondon	6	
			115	
		410014 - Maringá	23	
		410015 - Campo Mourão	24	
		410016 - Umuarama	22	
		410017 - Paranavaí	17	
	4105 - Londrina	410018 - Cianorte	11	
		410019 - Paranacity-Colorado	11	
		410020 - Loanda	7	
			94	
		410021 - Londrina	23	
		410022 - Santo Antônio da Platina	19	
		410023 - Apucarana	13	
	4106 - Ponta Grossa	410024 - Cornélio Procópio-Bandeirantes	18	
		410025 - Ivaiporã	15	
		410026 - Ibaiti	6	
			94	
		410027 - Ponta Grossa	12	
		410028 - Telêmaco Borba	7	
	4201 - Florianópolis	410029 - Irati	7	
		420001 - Florianópolis	17	
		4202 - Criciúma		
			420002 - Criciúma	13
			420003 - Tubarão	17
			420004 - Araranguá	14
		4203 - Lages		
			420005 - Lages	24
			420006 - Curitibanos	18
4204 - Chapecó				
		420007 - Chapecó	6	
		420008 - Joaçaba-Herval d'Oeste	109	
		420009 - São Miguel do Oeste	32	
	420010 - Concórdia	18		
	420011 - Xanxerê	18		
	420012 - Maravilha	20		
	420013 - São Lourenço do Oeste	12		
	4205 - Caçador	420014 - Caçador	13	
420015 - Videira		8		
		6		

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
 Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
43 - Rio Grande do Sul	4206 - Joinville	420016 - Joinville	12	
		420017 - Mafra	10	
		420018 - São Bento do Sul-Rio Negrinho	3	
		420019 - Blumenau	60	
	4207 - Blumenau	420020 - Itajaí	12	
		420021 - Brusque	7	
		420022 - Rio do Sul	17	
		420023 - Ibirama-Presidente Getúlio	6	
		420024 - Ituporanga	6	
		4301 - Porto Alegre	430001 - Porto Alegre	23
			430002 - Novo Hamburgo-São Leopoldo	22
	430003 - Tramandaí-Osório		10	
	430004 - Taquara-Parobé-Igrejinha		6	
	430005 - Camaquã		9	
	430006 - Charqueadas-Triunfo-São Jerônimo		6	
	430007 - Montenegro		7	
	430008 - Torres		7	
	4302 - Pelotas		430009 - Pelotas	17
			430010 - Bagé	7
	4303 - Santa Maria		430011 - Santa Maria	25
		430012 - São Gabriel-Caçapava do Sul	6	
		430013 - Cachoeira do Sul	4	
		430014 - Santiago	5	
	4304 - Uruguaiana	430015 - Uruguaiana	4	
		430016 - Santana do Livramento	3	
		430017 - São Borja	3	
	4305 - Ijuí	430018 - Ijuí	16	
		430019 - Santa Rosa	12	
		430020 - Santo Ângelo	8	
		430021 - Três Passos	16	
		430022 - São Luiz Gonzaga	9	
		430023 - Três de Maio	8	
430024 - Cerro Largo		8		
4306 - Passo Fundo	430025 - Passo Fundo	16		
	430026 - Erechim	30		
	430027 - Cruz Alta	11		
	430028 - Carazinho	15		
	430029 - Frederico Westphalen	18		

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(continuação)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
50 - Mato Grosso do Sul	4307 - Caxias do Sul	430030 - Marau	12	
		430031 - Soledade	8	
		430032 - Tapejara-Sananduva	11	
		430033 - Lagoa Vermelha	9	
		430034 - Palmeira das Missões	8	
		430035 - Nonoai	6	
		430036 - Caxias do Sul	18	
		430037 - Bento Gonçalves	14	
		430038 - Nova Prata-Guaporé	14	
	4308 - Santa Cruz do Sul-Lajeado	430039 - Vacaria	8	
		430040 - Santa Cruz do Sul	14	
		430041 - Lajeado	25	
		430042 - Sobradinho	9	
		430043 - Encantado	10	
	5001 - Campo Grande	500001 - Campo Grande	13	
		500002 - Três Lagoas	6	
		500003 - Paranaíba-Chapadão do Sul-Cassilândia	6	
		500004 - Coxim	7	
		5002 - Dourados	500005 - Dourados	13
			500006 - Navirai-Mundo Novo	6
			500007 - Nova Andradina	7
			500008 - Ponta Porã	3
			500009 - Amambai	5
5003 - Corumbá		500010 - Corumbá	2	
		500011 - Jardim	7	
		500012 - Aquidauana-Anastácio	4	
51 - Mato Grosso	5101 - Cuiabá	510001 - Cuiabá	14	
		510002 - Tangará da Serra	8	
		510003 - Diamantino	8	
	5102 - Cáceres	510004 - Cáceres	5	
		510005 - Pontes e Lacerda-Comodoro	7	
		510006 - Mirassol D'oeste	9	
	5103 - Sinop	510007 - Sinop	12	
		510008 - Sorriso	9	
		510009 - Juína	7	
		510010 - Alta Floresta	6	
		510011 - Peixoto de Azevedo-Guarantã do Norte	4	

**Quadro sistemático da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e  
 Regiões Geográficas Intermediárias - 2017**

(conclusão)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica	
52 - Goiás	5104 - Barra do Garças	510012 - Juara	4	
			30	
		510013 - Barra do Garças	9	
		510014 - Confresa-Vila Rica	13	
	5105 - Rondonópolis	510015 - Água Boa	8	
			18	
		510016 - Rondonópolis	10	
		510017 - Primavera do Leste	4	
		510018 - Jaciara	4	
	5201 - Goiânia		80	
		520001 - Goiânia	19	
		520002 - Anápolis	18	
		520003 - Inhumas - Itaberaí - Anicuns	13	
		520004 - Catalão	10	
		520005 - Goiás - Itapurana	15	
		520006 - Pires do Rio	5	
		5202 - Itumbiara		22
			520007 - Itumbiara	8
			520008 - Caldas Novas-Morrinhos	6
		5203 - Rio Verde	520009 - Piracanjuba	8
				29
			520010 - Rio Verde	14
		5204 - São Luís de Montes Belos-Iporá	520011 - Jataí-Mineiros	10
			520012 - Quirinópolis	5
				35
			520013 - São Luís de Montes Belos	9
5205 - Porangatu-Uruaçu		520014 - Iporá	12	
	520015 - Palmeiras de Goiás	14		
		46		
	520016 - Porangatu	13		
5206 - Luziânia-Águas Lindas de Goiás	520017 - Uruaçu-Niquelândia	10		
	520018 - Ceres-Rialma-Goianésia	23		
		34		
	520019 - Luziânia	6		
	520020 - Águas Lindas de Goiás	7		
	520021 - Posse-Campos Belos	14		
	520022 - Flores de Goiás	7		
53 - Distrito Federal	5301 - Distrito Federal		1	
		530001 - Distrito Federal	1	

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

## Referências

VI REUNIÃO ordinária das assembleias gerais do IBGE. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 3, p. 505-534, jul./set.1945. Noticiário. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

XV ASSEMBLEIA geral do CNG. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, n. 3, p. 364-383, jul./set.1955. Noticiário. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

ANSELMO, R. de C. M. de S.; BRAY, S. C. Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. In: GERARDI, L. H. de O.; MENDES, I. A. (Org.). *Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas*. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002. p. 109-119. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2002/geografia.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

ARRANJOS populacionais e concentrações urbanas do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 167 p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia\\_urbana/arranjos\\_populacionais/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/arranjos_populacionais/default.shtm)>. Acesso em: maio 2017.

BACELAR, T. O Brasil ainda precisa se consolidar como nação. *Boletim Regional: informativo da política nacional de desenvolvimento regional*, Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, n. 2, p. 14-22, maio/ago. 2006. Entrevista concedida ao jornalista Eduardo Ferreira. Disponível

em: <[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=42638937-4b59-4e82-a3a8-43e436d899ea&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=42638937-4b59-4e82-a3a8-43e436d899ea&groupId=24915)>. Acesso em: maio 2017.

BARBOSA, P. P. B. de C. *Releituras da geografia particular: a questão da regionalização e sua relação com o planejamento no Estado do Rio de Janeiro*. 2014. 259 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BECKER, B. K.; BANDEIRA, P. S.; TORRES, H. *Reflexões sobre políticas de integração nacional e desenvolvimento regional*. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2000. 177 p.

BERNARDES, N. A divisão regional. In: ATLAS nacional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. p. [14]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94685.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

BITOUN, J.; MIRANDA, L. I. B. de. A região metropolitana do Recife: principais características da sua região de influência e da integração dos municípios na aglomeração recifense. In: SOUZA, M. A. de A.; BITOUN, J. (Ed.). *Recife: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. cap. 1, p. 45-69. (Estudos comparativos). Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/new/images/abook\\_file/serie\\_ordemurbana\\_recife.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/new/images/abook_file/serie_ordemurbana_recife.pdf)>. Acesso em: maio 2017.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 17, n. 871, 17 mar. 1969.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, ano 19, n. 978, 5 abr. 1971.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, ano 35, n. 1732, 31 dez. 1986.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, ano 38, n. 1763, 31 jul. 1989. Suplemento.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais n. 1/1992 a 68/2011, pelo decreto legislativo n. 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão n. 1 a 6/1994*. 35. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2012. 454 p. (Textos básicos, n. 67). Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf?sequence=9](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=9)>. Acesso em: maio 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 61.126, de 2 de agosto de 1967. Aprova o estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fundação IBGE) e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República do Brasil*, Brasília, DF, ano 105, n. 148, 7 ago. 1967. Seção 1, p. 8247-8250. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61126-2-agosto-1967-402414-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: maio 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 74.084, de 20 de maio de 1974. Aprova o plano geral de informações estatísticas e geográficas, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 112, n. 95, 21 maio 1974. Seção 1, p. 5773-5777. Disponível em: <<http://www2>>.

camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74084-20-maio-1974-422635-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: maio 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 76.664, de 24 de novembro de 1975. Aprova o estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 113, n. 226, 25 nov. 1975. Seção 1, p. 15728-15731. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76664-24-novembro-1975-425324-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: maio 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 67.647, de 23 de novembro de 1970. Estabelece nova divisão regional do país para fins estatísticos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 108, n. 221, 24 nov. 1970. Seção 1, p. 9987. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67647-23-novembro-1970-409148-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: maio 2017.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5.878, de 11 de maio de 1973. Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 111, 15 maio 1973. Seção 1, p. 4697. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5878.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5878.htm)>. Acesso em: maio 2017.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria-Geral. Circular n. 1, de 31 de janeiro de 1942. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 81, n. 29, 4 fev. 1942. Seção 1, p. 1767.

CHAUÍ, M. de S. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. 103 p. (História do povo brasileiro).

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (Brasil). Resolução n. 72, de 14 de julho de 1941. Fixa o quadro de divisão regional do Brasil, para fins práticos, promove a sua adoção pela estatística brasileira e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 1, p. 217-218, jan./mar. 1942a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 77, de 17 de julho de 1941. Estabelece as normas a que deverá obedecer a divisão regional das unidades federadas brasileiras, para fins práticos, propõe um quadro básico de divisão e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 1, p. 221-239, jan./mar. 1942b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis (Nova Série)*, São Paulo: Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 3, p. 1-20, 2014. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/990>>. Acesso em: maio 2017.

DIVISÃO do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 1. Título da capa: Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>>. Acesso em: maio 2017.

DIVISÃO do Brasil em mesorregiões homogêneas. *Sinopse Estatística do Brasil*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, p. 27-43, 1977. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7146>>. Acesso em: maio 2017.

DIVISÃO do Brasil em micro-regiões homogêneas 1968. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. 563 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13891.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

DIVISÃO do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. 112 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13622.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

DIVISÃO urbano-regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_divisao\\_urbano\\_regional.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_divisao_urbano_regional.shtm)>. Acesso em: maio 2017.

DUARTE, A. C. *Transformações na divisão territorial do Brasil após 1940 e a produção do espaço geográfico*: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. 82 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84471.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

ESBOÇO preliminar de divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v.1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213895>>. Acesso em: maio 2017.

ESTIMATIVAS da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao)>. Acesso em: maio 2017.

FAISSOL, S. Planejamento e geografia: exemplos da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, n. especial, t. 2, p. 85-98, 1988. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Tendências atuais na geografia urbano/regional*: teorização e quantificação. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. 301 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82352.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Urbanização e regionalização*: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 247 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82399.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 4, p. 179-218, out./dez. 1969. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

GEIGER, P. P. Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas "regiões homogêneas". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 2, p. 59-64, abr./jun. 1967. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

GESTÃO do território 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 118 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Redes e fluxos do território. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes\\_fluxos/gestao\\_do\\_territorio\\_2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/default.shtm)>. Acesso em: maio 2017.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. Unesp, 1990. 175 p. (Biblioteca básica).

GUERRA, A. T. A região geográfica e sua importância para o poder nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, n. 3, p. 459-463, jul./set. 1964. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1964\\_v26\\_n3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n3.pdf)>. Acesso em: maio 2017.

GUIMARÃES, F. de M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 318-373, abr./jun. 1941. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

\_\_\_\_\_. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

LOGÍSTICA dos transportes 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 1 mapa. Escala 1:5 000 000; proj. policônica. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/redes\\_e\\_fluxos\\_geograficos/logistica\\_dos\\_transportes/mapa\\_LogTransportes\\_5mi.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/redes_e_fluxos_geograficos/logistica_dos_transportes/mapa_LogTransportes_5mi.pdf)>. Acesso em: maio 2017.

LÖSCH, A. *The economics of location*. New Haven: Yale University Press, 1954. 520 p.

MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. 1995. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

NOVA divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 3, p. 174, jul./set. 1969. Noticiário. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

PEREIRA, R. de. M. et al. Estudos básicos para definição de pólos de desenvolvimento no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 1, p. 82-101, jan./mar. 1967. Comentários. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

PRONUNCIAMENTO do CNG sobre várias indicações presentes no X Congresso Brasileiro de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 1, p.169-174, jan./mar. 1945. Noticiário. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

REGIÕES de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 183 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv19139.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

REGIÕES de influência das cidades 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 230 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv7199.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: maio 2017.

RIBEIRO, M. A. As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Departamento de Geografia, v. 2, n. 10, p. 35-46, jul./dez. 2001.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p. (Geografia: teoria e realidade, 25).

TAVARES, M. da C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 449-489. (Zero à esquerda).

VIANA, J. S. Divisão territorial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 3, p. 372-406, jul./set. 1940. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

# Apêndices

**1 - As Divisões Regionais do Brasil elaboradas pelo IBGE no Século XX**

**2 - Bibliografia sobre a Divisão Regional do Brasil divulgada pela *Revista Brasileira de Geografia* do IBGE**

## 1 - As Divisões Regionais do Brasil elaboradas pelo IBGE no Século XX

Confundindo-se com o próprio pensamento geográfico construído no Brasil a partir do início do Século XX, a elaboração das sucessivas Divisões Regionais do Brasil, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nesse período remetem a uma reflexão acerca da própria evolução de um conceito central da Geografia.

Como atividade científica, os conceitos e métodos que lastrearam, ao longo do tempo, a divisão regional do território brasileiro longe de se manterem estáveis, foram se alterando por força das mudanças de paradigmas ocorridas no próprio pensamento geográfico, enquanto reflexo de uma realidade social, econômica, política, cultural e ambiental, em contínua mudança no Brasil e no mundo.

Nesse contexto, o geógrafo Milton Santos chama atenção para a sempre renovada discussão acadêmica em torno do conceito de região, quando aponta para o fato de que “o símbolo da geografia unitária – aquela que não separa o físico do social, o natural do humano, o ecológico do cultural – é a região. Ora, o conceito de região foi vendido como sendo um edifício estável. Só que não é” (SANTOS, 1994 apud MAGNAGO, 1995, p. 65).

Partindo, assim, do princípio de que “o tempo é a base indispensável para o entendimento do espaço”, conforme observado por Santos (1994, p. 167), a discussão em torno da Divisão Regional do Brasil constitui um exercício sempre renovado de elaboração de conceitos e métodos que tem como objetivo, na maior parte das vezes, a necessidade de ampliação, em diferentes contextos históricos, do conhecimento científico sobre um território em contínua transformação.

### As Regiões Fisiográficas da década de 1940 e suas revisões

Dentre as propostas institucionais de Divisão Regional do Brasil realizadas anteriormente a do Conselho Nacional de Geografia - CNG, órgão especializado do IBGE, na década de 1940, destacam-se as elaboradas em meados dos anos 1930 e voltadas para fins específicos de órgãos públicos e/ou privados, como o zoneamento de Hugo Hamann, sobre a fisionomia econômica brasileira; o zoneamento de Josué de Castro, sobre os tipos regionais de alimentos; e o zoneamento geoeconômico do Conselho Técnico de Economia e Finanças - CTEF, do Ministério da Fazenda (MAGNAGO, 1995).

Outras propostas desse período incluíam aquelas de inspiração geopolítica fundamentada no pensamento militar e focadas na perspectiva da modernização e “da superação do atraso nacional”, conforme ideologia dominante no período do Estado Novo, aí se destacando as de Everardo Backheuser<sup>1</sup> e Delgado de Carvalho<sup>2</sup>, este último sendo responsável pela consolidação teórica dos estudos regionais ainda no início do Século XX pela introdução do conceito de região natural.

---

<sup>1</sup> De acordo com Anselmo e Bray (2002, p. 110), a geopolítica de Backheuser, inspirada nas ideias antropogeográficas ratzelianas que esse autor ajudou a divulgar no Brasil, promoveu o projeto mais amplo de “consolidação do Estado Nacional brasileiro e o lançamento do País entre as nações progressistas do mundo” articulando dois elementos profundamente imbricados, como os de territorialidade e de nacionalidade, no contexto da formação nacional brasileira.

<sup>2</sup> Professor e, principalmente, grande difusor da Geografia, Delgado de Carvalho acompanhou a visão regional clássica construída na passagem do Século XIX para o XX na Europa.

Segundo Guimarães (1941, p. 322), a grande variedade de divisões regionais propostas por diversos autores e instituições derivava dos diferentes critérios seguidos, sejam eles pautados em regiões naturais, sejam em determinados aspectos isolados de ordem climática, botânica ou mesmo econômica, indevidamente denominadas, segundo esse autor de “regiões naturais” ou mesmo de “regiões”.

Na década de 1940, impunha-se, desse modo, a necessidade de adoção de uma única divisão territorial tanto para fins de divulgação das informações estatísticas produzidas pelo Conselho Nacional de Estatística - CNE, do IBGE, como para fins de ensino da Geografia no País, fazendo com que houvesse a preocupação, inclusive, em articular os diferentes níveis de divisão regional em Grandes Regiões, Regiões e Sub-Regiões com os níveis educacionais<sup>3</sup>.

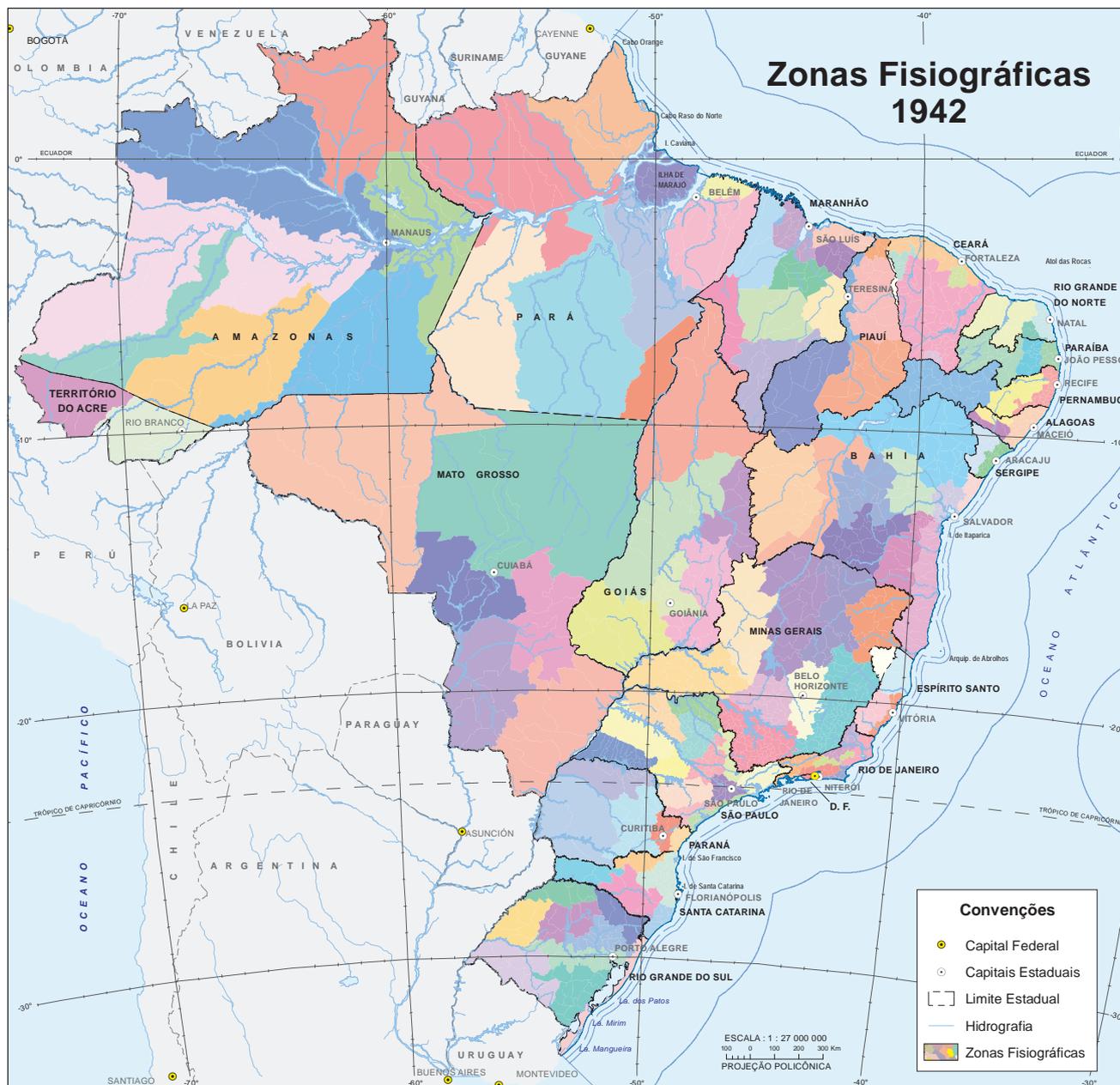
Nesse contexto, a normatização da primeira proposta oficial de Divisão Regional realizada pelo CNG remonta à Resolução n. 72, de 14.07.1941, estabelecida por esse Conselho, que fixou o quadro de Divisão Regional do Brasil, para fins práticos, dividindo o País em cinco Grandes Regiões, além de promover a sua adoção pela Estatística Brasileira (CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1942a).

Logo em seguida, por meio da Resolução n. 77, de 17.07.1942, o CNG iria estabelecer “as normas a que deverá obedecer a divisão regional das Unidades Federadas brasileiras, para fins práticos e propõe um quadro básico de divisão e dá outras providências” (CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1942b, p. 221). Nesse contexto, o Conselho considerou que a divisão das Unidades da Federação brasileiras em Zonas Fisiográficas (Mapa 1) comportava revisões e atualizações que as tornassem mais próximas do que eram consideradas as características geográficas dominantes (CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1942b).

---

<sup>3</sup> No início da década de 1940, a IX Comissão Técnica do X Congresso Brasileiro de Geografia propunha que o estudo do Brasil em regiões naturais seja recomendado oficialmente nos programas de ensino, sendo inegável que o estudo de qualquer país deve ser baseado na sua divisão em regiões naturais, que representa “um dos mais belos progressos da Geografia moderna” (PRONUNCIAMENTO..., 1945, p. 169).

Mapa 1 - Divisão Regional do Brasil - Zonas Fisiográficas - 1942



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. IBGE, Malha Municipal 1940. 3. Conselho Nacional de Geografia (Brasil). Resolução n. 77, de 17 de julho de 1941. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 1, p. 221-239, jan./mar. 1942b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

Essa divisão visava não só auxiliar a divulgação das estatísticas produzidas pelo CNE, como sua adoção pelas instituições de ensino, dada a “disparidade das divisões propostas pelos vários autores ou adotadas pelas instituições oficiais” (GUIMARÃES, 1941, p. 318).

Conceitualmente pautadas nas características do meio físico como elemento diferenciador do quadro regional brasileiro, as Zonas Fisiográficas delimitadas pelo IBGE na década de 1940, representaram não só um período no qual se tornava necessário o aprofundamento do conhecimento do Território Nacional, como, conceitualmente,

marcam o predomínio da noção de região natural na compreensão do espaço geográfico, em um momento em que a questão regional ainda se confundia, em grande parte, com as diferenças existentes no quadro natural.

A divisão natural do espaço geográfico apoiava-se na premissa de que uma divisão regional deveria ter caráter duradouro, seguindo a concepção clássica da Geografia Determinista baseada na hipótese de que os atributos naturais seriam os únicos capazes de definir uma região segundo características fixas, isto é, que não variavam ao longo do tempo, como os fatores humanos.

Nesse sentido, elas serviriam para balizar os limites das regiões de um país de forma mais estável do que aqueles limites provenientes das intervenções do homem sobre a superfície terrestre, sujeitas a mudanças constantes. A divisão proposta por Delgado de Carvalho, em 1913, baseava-se em elementos do meio físico, especialmente o relevo, o clima e a vegetação, definindo cinco grandes unidades naturais no Brasil (Brasil Setentrional ou Amazônico, Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central)<sup>4</sup>.

Em termos metodológicos, a abordagem regional do País era realizada por meio da leitura das inter-relações das condições físicas, principalmente do clima, da vegetação e do relevo, na qual prevalecia a noção de fator dominante, isto é, a chamada nota característica da região que privilegiava, dentre esses atributos naturais, aquele mais influente na descrição e delimitação de um determinado recorte regional.

A defesa do método científico preconizava que

tais partes não sejam escolhidas arbitrariamente, mas sim que obedeçam à disposição determinada pela natureza, de modo que cada uma delas apresenta uma certa unidade de conjunto, resultante da correlação entre os diversos fatos geográficos que nela se observem (GUIMARÃES, 1941, p. 318).

Nesse contexto, o autor conclui que era esse o problema fundamental da Geografia Regional e, logo em seguida, afirma que “não há problema mais importante, em Geografia, do que o problema das divisões” (FEBVRE, 1938 apud GUIMARÃES, 1941, p. 318).

Tendo como ponto central o debate entre a separação e/ou a possível concordância existente entre a região natural e a região humana, ou, mais diretamente, entre a Geografia Física e a Geografia Humana, a escolha do método definidor da Divisão Regional do Brasil da década de 1940 aponta nitidamente para a primeira.

A metodologia empregada baseava-se no princípio da divisão, isto é, partia do todo – o Território Nacional – que sucessivamente se dividia e se subdividia em unidades cada vez menores. Dessa forma, identificaram-se, primeiramente, cinco Grandes Regiões que, correspondendo aos espaços mais abrangentes, caracterizavam-se “pela dominância de um certo número de traços naturais comuns, que as tornaram bem distintas umas das outras” (MAGNAGO, 1995, p. 69). As regiões eram assim, em grande parte, identificadas por apresentarem características homogêneas quanto aos aspectos do meio físico.

<sup>4</sup> De acordo com Magnago (1995, p. 68), com pequenas modificações na nomenclatura e algumas subdivisões, essa Divisão Regional seria posteriormente adotada, como modelo oficial, pela Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia - CNG no início da década de 1940.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Divisão Regional do Brasil com base em características físicas constituiu o principal vetor conceitual e metodológico de identificação da diversidade regional brasileira nas propostas iniciais elaboradas pelo IBGE. Em termos legais, a Circular n. 1, de 31.01.1942, da Secretaria da Presidência da República, constituiu o documento que determinava a adoção em todos os ministérios da Divisão Regional definida pelo IBGE (BRASIL, 1942).

Contudo, embora as unidades de maior extensão fossem construídas a partir dos conceitos e métodos associados ao determinismo ambiental, as menores unidades (as Zonas Fisiográficas), apesar dessa denominação, levavam em consideração os aspectos socioeconômicos associados à vertente possibilista<sup>5</sup> de componentes naturais e humanos.

Finalmente, cabe observar que a construção do quadro regional do Brasil, segundo uma divisão do Território Nacional, em Grandes Regiões, Regiões, Sub-Regiões e Zonas Fisiográficas, de acordo com o relato da VI Reunião Ordinária das Assembleias Gerais do IBGE, constitui

uma contribuição inestimável da Geografia, cujos resultados são imprevisíveis, não só pela sistemática dos estudos no bom sentido do regionalismo, senão também por oferecer a todos os pesquisadores um quadro fundamental de agrupamentos racionais, porquanto nele os Municípios se aglutinam por força das suas características geográficas, fisiográficas e humanas, formando blocos de um sistema real da vida brasileira (VI REUNIÃO..., 1945, p. 524).

Com efeito, entre as propostas iniciais de divisão do território brasileiro em Zonas Fisiográficas elaboradas na década de 1940 e aquela proposta na década de 1960, não só o mapa político do País se alterou, conforme visto anteriormente, como, principalmente, os processos interligados de interiorização, de urbanização e de integração do território brasileiro que, ao longo do tempo, iriam provocar novas formas de analisar a Divisão Regional do Brasil.

Uma periodização proposta por Duarte (1984, p. 17) para esse período com vistas a analisar a divisão territorial e a produção do espaço geográfico constitui o período

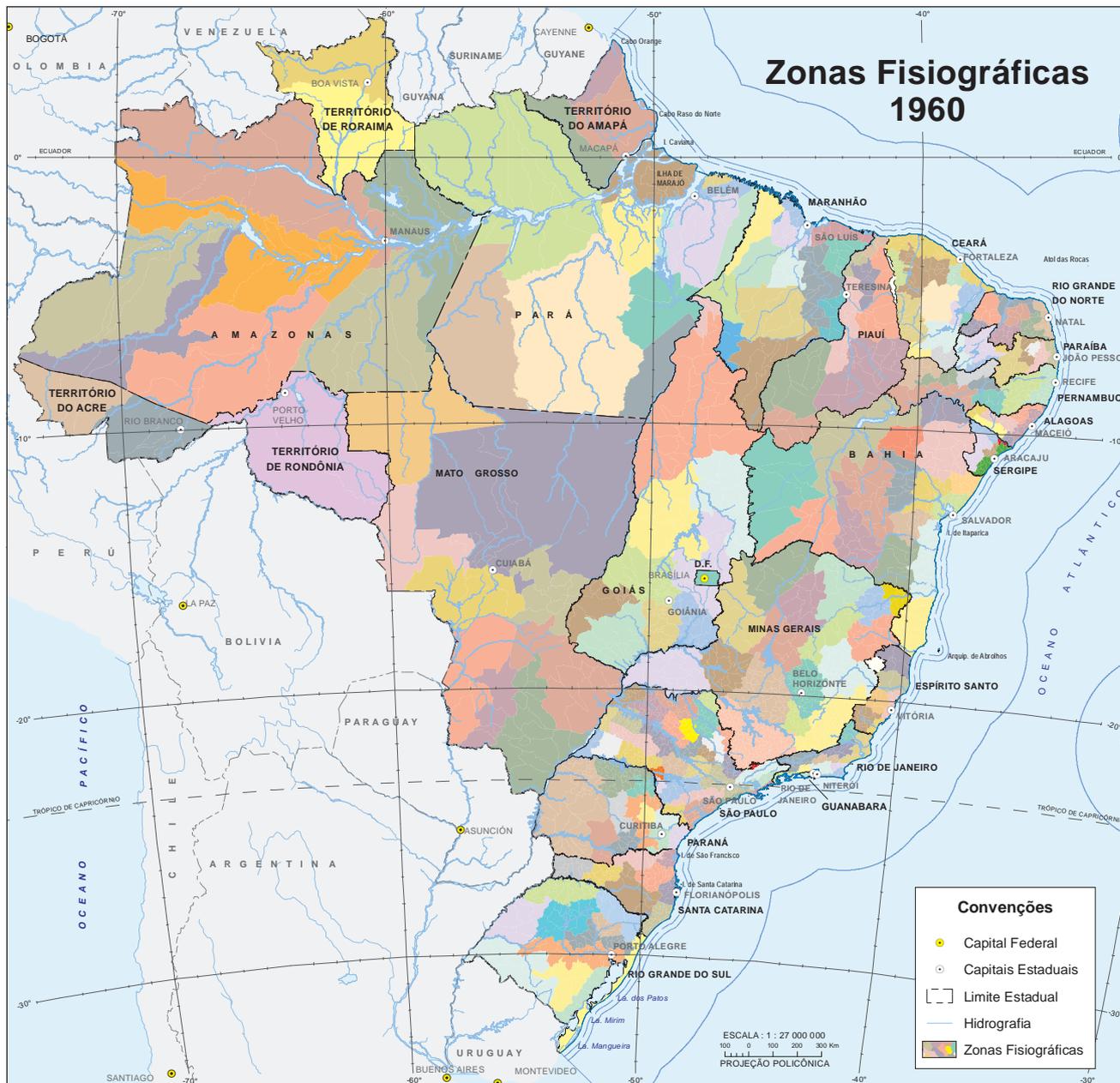
de 1930 (início da Era Vargas) a 1945 (fim do Estado Novo), quando a forte centralização do poder permitiu modificações na divisão territorial e se caracterizou pela modernização da estrutura social; de 1945 (início da redemocratização) até 1964 (início do período de recessão democrática), que se caracterizou pela transformação econômica, consolidando o capitalismo no país e transformando a economia agrária para a industrial.

Em termos conceituais e metodológicos, as alterações apresentadas entre a Divisão Regional do Brasil, da década de 1940, e as Zonas Fisiográficas que subsidiaram as tabulações do Censo Demográfico 1960 (Mapa 2), foi marcado, contudo, segundo Magnago (1995), por alguns estudos que avançaram na discussão teórico metodológica e, em relação à Divisão Regional poucas zonas foram criadas exceto naquelas próximas à localização da nova capital federal.

---

<sup>5</sup> A metodologia adotada na identificação das unidades espaciais sofreu algumas críticas, especialmente no que se refere ao caráter de permanência das características naturais, já que as Zonas Fisiográficas, definidas a partir de aspectos socioeconômicos, estariam sujeitas a constantes transformações, dependendo do desenrolar do processo social (MAGNAGO, 1995, p. 69). Bernardes (1966, p. 14) chama atenção para o fato de que as Sub-Regiões traduzem também "certas homogeneidades do fato da geografia humana, já que, há um grau mais acurado de unidade fisiográfica, correspondem, com frequência, menores contrastes na paisagem cultural".

**Mapa 2 - Divisão Regional do Brasil - Zonas Fisiográficas - 1960**



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. IBGE, Malha Municipal 1960. 3. IBGE, Censo Demográfico 1960.

Magnago (1995, p. 72) aponta que

entre os estudos que procuraram fazer revisão conceitual, merecem destaque os realizados pelo Prof. Jorge Zarur, ainda na década de 40, os de Orlando Valverde, nos anos 50 e os de Fábio Guimarães e Pedro Geiger, já na década de 60.

Enfim, cabe registrar que no processo evolutivo da Geografia e seus desdobramentos nas análises de Divisão Regional do Brasil, realizadas no IBGE e pelos geógrafos dessa instituição, a análise regional irá passar por uma transformação que incluirá o estudo das regiões à luz de inúmeras abordagens específicas, aí se sobressaindo, no futuro, aquela que irá considerar as regiões definidas a partir de outros critérios como a polarização urbana.

## As Microrregiões Homogêneas de 1968 e as Mesorregiões Homogêneas

Decorridas duas décadas e meia, o arcabouço conceitual da Divisão Regional do Brasil de 1942 estava inadequado à realidade do País e às necessidades em termos de recorte para variados fins. A noção de região natural, sozinha, não era mais capaz de responder às transformações ocorridas no Território Nacional com o expressivo crescimento populacional, a intensificação da urbanização, a expansão da industrialização, a ampliação da malha rodoviária e o aumento do desmembramento dos municípios (DIVISÃO..., 1970).

Atestando esse desgaste das regiões naturais, Galvão e Faissol (1969) apontaram que apesar de aparentemente mais estável e, em vista disso, mais adequada para melhor satisfazer a comparação de dados estatísticos em diferentes períodos, a homogeneidade física não se sustentava cientificamente na análise de aspectos humanos e econômicos de uma determinada área.

Concomitantemente à nova ordem social, econômica e política do País, despontaram novas tendências e matrizes metodológicas que foram fundamentais na elaboração do novo modelo de divisão regional do Brasil. A Geografia Teórica-Quantitativa ou Nova Geografia (*New Geography*), ancorada nas teorias de localização, na economia espacial e na escola anglo-saxã, teve forte influência na Geografia e nos estudos regionais (CONTEL, 2014). Essa nova corrente do pensamento geográfico pôde ser percebida em diversos artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia*<sup>6</sup>, do IBGE, no início dos anos 1970, e com as obras *Urbanização e regionalização* (1975) e *Tendências atuais na geografia urbano/regional* (1978) de um dos principais representantes dessa corrente, o geógrafo Speridião Faissol.

A dimensão espacial do desenvolvimento econômico trouxe também um novo arcabouço conceitual, que teve forte influência nos estudos regionais, no qual se destacam as teorias de localização de Walther Christaller e os polos de desenvolvimento de François Perroux e Jacques Boudeville (MAGNAGO, 1995). Contel (2014) destaca que o arcabouço conceitual desses autores, em especial a ideia de regiões-programa, notabilizou o conceito de região enquanto uma entidade artificialmente criada, com objetivo de planejamento e gestão do território.

Paralelamente, a transformação das regiões passou a ser aceita, tendo em vista que a sua uniformidade se daria por elementos socioeconômicos aos quais os dados estatísticos deveriam espelhar, sujeitos, portanto as alterações provenientes do processo de desenvolvimento econômico (GALVÃO; FAISSOL, 1969). A pesquisa de caráter regional passou, de acordo com Magnago (1995), a priorizar temas como o próprio conceito de região, o planejamento regional e os conceitos de desenvolvimento e desigualdades regionais.

A retomada da questão regional no IBGE foi provocada pela participação do Instituto no grupo de trabalho do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social<sup>7</sup> efetivada em março de 1966. Os compromissos assumidos com o então recém-

<sup>6</sup> Monteiro (1980 apud CONTEL, 2014, p. 7) destaca que o número 4 do volume 32 (1970) da *Revista Brasileira de Geografia* seria indubitavelmente um marco na história da publicação devido aos conteúdos voltados para a Nova Geografia.

<sup>7</sup> Plano econômico, publicado em março de 1967, estabelecendo as principais diretrizes da política de desenvolvimento do governo para o período 1967-1976.

criado Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada - EPEA, atual Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, para o fornecimento de subsídios para o Plano Decenal,

[...] fez com que o Departamento de Geografia se voltasse, novamente, de maneira intensiva, para o problema regional, abordando-o, agora, sob novas perspectivas, em função do maior conhecimento do território nacional e com a nova orientação derivada da própria evolução metodológica da ciência geográfica (GALVÃO; FAISSOL, 1969, p.182).

A contribuição metodológica mais evidente e explicitada em diversas publicações, artigos e relatórios da época foi a de Michel Rochefort. De acordo com Bitoun e Miranda (2015, p. 46), “o método que inspirou os estudos do IBGE foi o desenvolvido na França por Rochefort e Hautreux para nortear as políticas de ‘Aménagement du Territoire’ naquele país”. Rochefort, que apresentou uma série de seminários para a equipe do IBGE (DIVISÃO..., 1970), considerava que as cidades poderiam ser entendidas a partir de suas relações com as suas regiões, dominando suas hinterlândias por meio de suas atividades terciárias (MAGNAGO, 1995; CONTEL, 2014). Os conceitos de homogeneidade e polarização instigaram os geógrafos do IBGE e influenciaram em diversos estudos elaborados no Instituto no período.

Na Resolução n. 595, de 17.06.1966, da XXIII Assembleia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, o CNG encarregava sua Secretaria-Geral de estabelecer as normas para uma nova Divisão Regional do Brasil (ESBOÇO..., 1967). Em setembro de 1966, geógrafos do IBGE em conjunto com o EPEA apresentam um informe apresentando ao Congresso de Integração Nacional sobre o estabelecimento de polos de desenvolvimento do Brasil, mostrando a articulação com as novas metodologias (PEREIRA et al., 1967).

Nesse documento, os autores destacam que a política de desenvolvimento regional brasileira deveria considerar “a existência, pelo menos, de dois níveis regionais básicos: o dos sistemas (ou macrorregiões do tipo da Amazônia, Nordeste, etc.) e o das regiões (ou microrregiões do tipo das bacias fluviais, áreas metropolitanas, etc.)” (PEREIRA et al., 1967, p. 82) devido ao fato do Brasil ser um país de dimensões continentais.

Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, em 1969, os geógrafos Marília Veloso Galvão e Speridião Faissol, discorrendo sobre a então nova Divisão Regional do Brasil acrescentaram que, da perspectiva geográfica, a organização espacial de um país prescindia da análise de duas ordens de fenômenos essenciais de uniformidade do espaço e, portanto, uma só divisão regional seria insuficiente. Foram privilegiadas, dessa forma, duas dimensões: a de homogeneidade, representada na forma de organização em torno da produção e a de funcionalidade, relativa aos fenômenos de interação e vida de relação (GALVÃO; FAISSOL, 1969).

O IBGE afastava-se assim de uma divisão regional eclética ou multifinalitária e propunha a elaboração de divisões regionais para fins específicos. Nesse cenário, três divisões foram propostas uma para fins estatísticos, outra para fins de descentralização administrativa e outra para fins de planejamento (GALVÃO; FAISSOL, 1969; MAGNAGO, 1995).

A primeira destas divisões, isto é, aquela para fins estatísticos, foi baseada nos conceitos e critérios de regiões homogêneas e foi realizada em caráter preliminar no ano de 1967, tendo sido posteriormente revista, incorporando-se nesta revisão a experiência dos técnicos dos Estados e dos Organismos Regionais ligados ao problema. A segunda, baseada nos estudos de centralidade e áreas de influência dos núcleos

urbanos, encontra-se em fase de revisão; e a terceira procurará chegar, através da combinação dos critérios de homogeneidade e de vida de relação, à definição de uma divisão regional para fins de planejamento, que ofereça as informações básicas às políticas de desenvolvimento econômico (GALVÃO; FAISSOL, 1969, p. 183-184)<sup>8</sup>.

A discussão sobre a aplicação de Microrregiões Homogêneas para fins estatísticos sofria certa resistência pela preocupação com a comparabilidade histórica dos dados estatísticos. Essas preocupações são explicitadas na sessão Noticiário do *Boletim de Serviço*, do IBGE, n. 871, de 17 de março de 1969. Conforme relato, durante a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas - CONPLANE, os geógrafos Speridião Faissol, Aluizio Capdeville Duarte, Elza de Souza Keller e Maria Rita da Silva de La Roque Guimarães foram convocados para dirimir as dúvidas em relação à adoção do novo recorte. As condicionantes para que a CONPLANE aprovasse a aplicação das Microrregiões Homogêneas foram:

1ª) à fixação do quadro municipal na data de 31-XII-1968; 2ª) às modificações de caráter metodológico que pudessem surgir durante a la CONFEGE, em decorrência, dos estudos ali desenvolvidos; 3ª) à falta de um melhor conhecimento sobre os critérios estatísticos adotados na determinação das micro-regiões e 4ª) à ausência de um prazo de validade da nova divisão, que garantisse a comparabilidade histórica dos dados estatísticos relativos a cada uma dessas unidades (BOLETIM..., 1969, p. 2209).

Nessa reunião foram sugeridas algumas iniciativas que seriam incorporados posteriormente à Divisão Regional como categorias intermediárias entre as Microrregiões e Macrorregiões, para melhor representar a estatísticas econômicas, e a substituição da apresentação numérica por uma nominal, com o objetivo de facilitar o exame dos dados estatísticos (BOLETIM..., 1969).

Na oportunidade, Speridião Faissol representando a equipe da Geografia, esclareceu que a Divisão Regional proposta pretendia servir como descrição dos projetos espontâneos ou dirigidos que conduzissem ao quadro vigente de organização espacial e servir à definição de um modelo de organização do espaço para fins de planejamento. Dentre outros elementos destacados pelo geógrafo estavam a atualização em anos terminados em milésimo 8, a metodologia dos recortes que considerava a combinação de fatores econômicos sociais e físicos etc. (BOLETIM..., 1969).

No processo de reformulação da Divisão Regional foram levados em conta novos critérios baseados em questões geoeconômicas, percebidas por meio dos estudos de espaços homogêneos e polarizados e dos fluxos espaciais de produção e consumo, que seriam então os melhores elementos para expressar espacialmente o processo de desenvolvimento do Brasil<sup>9</sup>.

A Divisão Regional do Brasil em Grandes Regiões e em Microrregiões Homogêneas é oficializada com a aprovação da Resolução n. 1, de 08.05.1969, pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas - CONPLANGE<sup>10</sup> (GALVÃO; FAISSOL, 1969, p. 189-218; NOVA..., 1969, p. 174). Foram instituídas pelo Decreto-Lei

<sup>8</sup> Dentro do contexto desses novos recortes regionais impactados pelas teorias da economia espacial, o IBGE lança a publicação *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas* em 1972 – baseada em estudo divulgado em 1967 (ESBOÇO..., 1967) que, posteriormente, foi revisto e atualizado em 1978, 1993 e 2007, dando origem ao estudo *Regiões de Influência das Cidades - REGIC (REGIÕES...*, 1987, 2000, 2008).

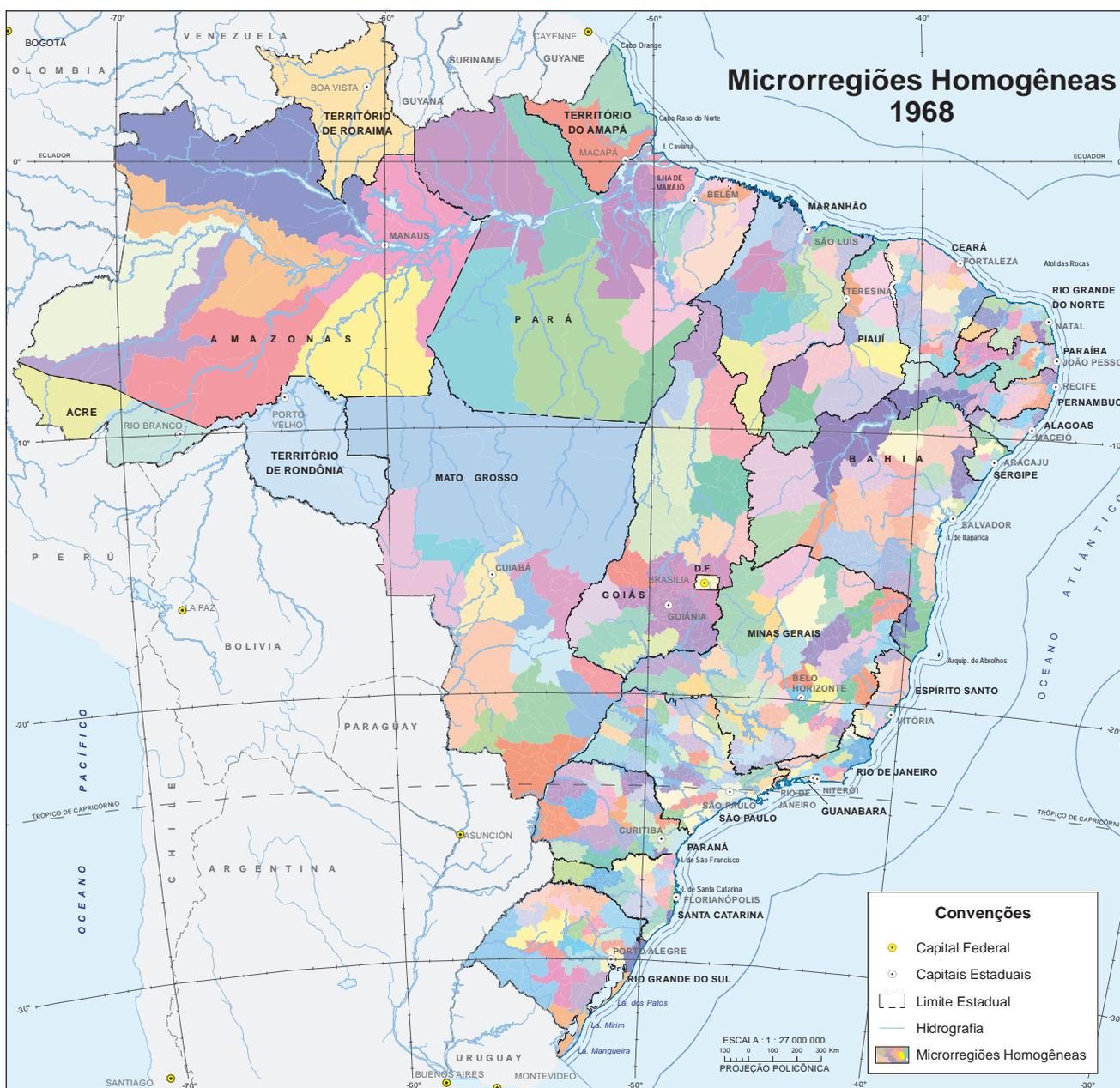
<sup>9</sup> Os autores destacavam que o nos dois primeiros modelos partiram do nível mais baixo para o mais alto na Divisão Regional em espaços homogêneos e partiram simultaneamente do nível mais baixo para o mais alto e vice-versa na Divisão Regional do Brasil em espaços polarizados.

<sup>10</sup> A CONPLANE e a CONPLANGE foram estabelecidas pelo Estatuto da Fundação IBGE, aprovado pelo Decreto n. 61.126, de 02.08.1967. Revogado pelo Decreto n. 76.664, de 24.11.1975, o novo Estatuto do IBGE cria o Conselho Técnico do Instituto, com base no Art. 13 da Lei n. 5.878, de 11.05.1973, extinguindo-se as referidas Comissões.

n. 67.647, de 23.11.1970, com retificação no *Diário Oficial da República Federativa do Brasil* de 4 de dezembro do mesmo ano. O território brasileiro passou a ser composto por 22 estados, quatro territórios e o Distrito Federal além de 361 Microrregiões. Alguns ajustes foram feitos nas décadas de 1970 e 1980 quanto à extinção, criação e alteração de categoria de algumas Unidades da Federação.

A divisão em Microrregiões Homogêneas em 1968 (Mapa 3), portanto, introduziu critérios diversificados, reveladores da importância crescente da articulação econômica e da estrutura urbana na compreensão do processo de organização do espaço brasileiro estruturados com informações do Censo Demográfico 1960 e das estatísticas de produção agrícola e industrial de 1965 produzidas pelo IBGE.

**Mapa 3 - Divisão Regional do Brasil - Microrregiões Homogêneas - 1968**

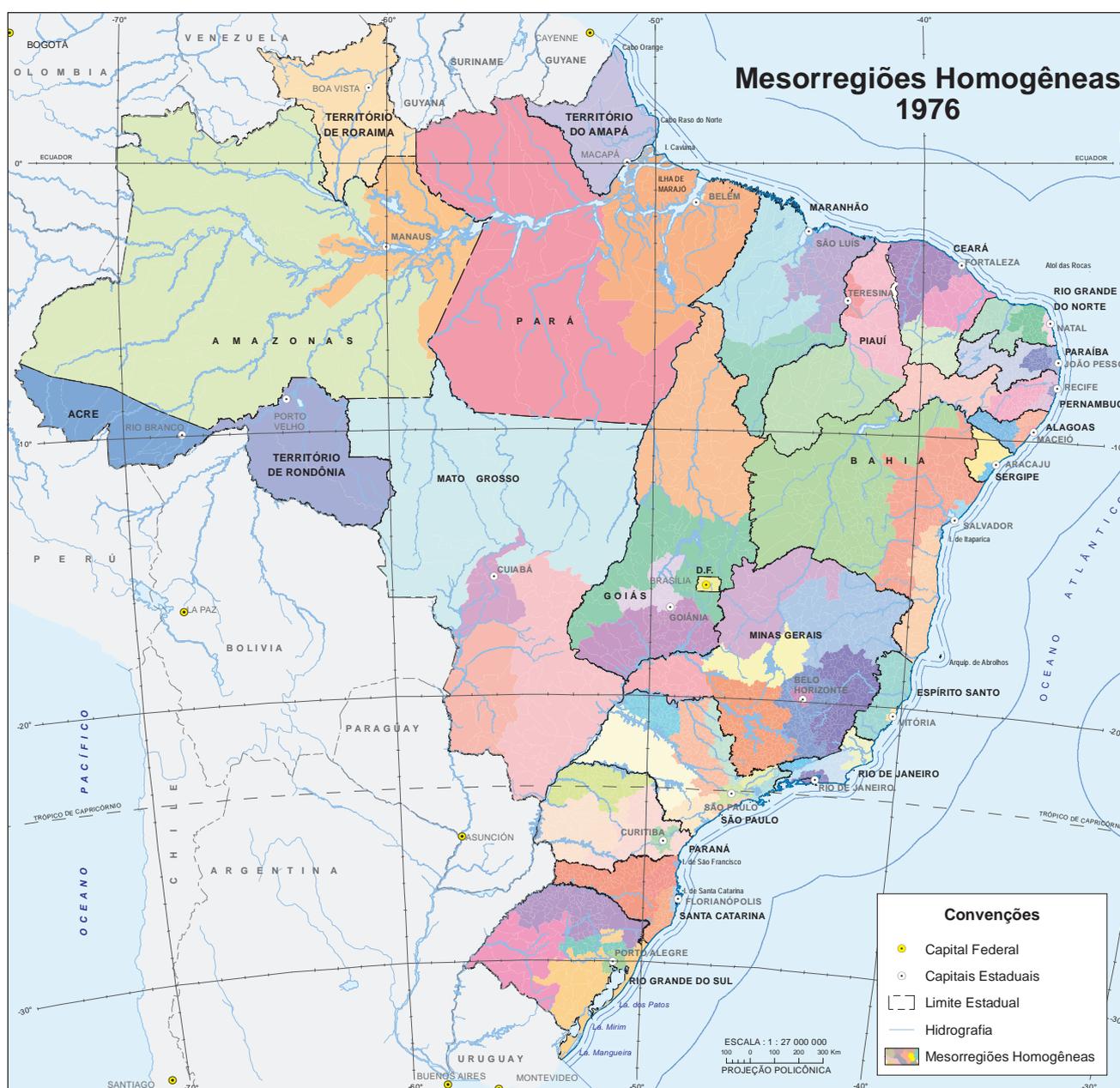


Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. IBGE, Malha Municipal 1970. 3. Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas 1968. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13891.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

É somente com a Recomendação n. 1, de 30.03.1971, da CONPLANE, que se estabelece a nomenclatura a ser utilizada pelo sistema estatístico nacional (BOLETIM..., 1971, p. 6). A partir do Censo Demográfico 1970, o IBGE passou a divulgar as estatísticas censitárias e contínuas pelas Microrregiões Homogêneas em substituição as antigas Zonas Fisiográficas, definidas na Divisão Regional do Brasil de 1942.

Em 1977, a Divisão Regional do Brasil ganhou um nível intermediário de agregado espacial denominado Mesorregião (Mapa 4) e definido pelo agrupamento de Microrregiões, gerando um total de 86 Mesorregiões (DIVISÃO..., 1977). Como mencionado anteriormente, o recorte em unidades intermediárias estava previsto como uma futura etapa de trabalho da Divisão Regional iniciada em meados da década de 1960.

**Mapa 4 - Divisão Regional do Brasil - Mesorregiões Homogêneas - 1976**



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. IBGE, Malha Municipal 1970. 3. Divisão do Brasil em mesorregiões homogêneas. Sinopse Estatística do Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, p. 27-43, 1977. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7146>>. Acesso em: maio 2017.

Em 1986, respondendo às demandas dos órgãos federais e estaduais, o IBGE reviu, por meio da Resolução da Diretoria-Geral n. 67, de 29.12.1986, a Divisão Regional em Microrregiões Homogêneas para os Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (BOLETIM..., 1986, p. 30). Internamente, a atualização da Divisão Regional já havia sido pactuada desde a formulação teórico-metodológica das Microrregiões de 1968 e também oficialmente formalizada com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, constituído pelo Decreto n. 74.084, de 20.05.1974.

Na verdade, tanto a resolução do IBGE como o decreto já atestavam a obsolescência da Divisão Regional de 1968, utilizada pelo Sistema Estatístico Nacional, em relação às transformações institucionais e socioeconômicas ocorridas à época (BOLETIM..., 1986, p. 30). Esse processo foi aprofundado pelas rápidas mudanças institucionais com o estabelecimento da Assembleia Constituinte, em 1987, e a promulgação da Carta Constitucional em 1988.

## As Mesorregiões e Microrregiões Geográficas de 1989

Em termos normativos, a Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas foi institucionalizada pela aprovação da Presidência do IBGE por meio da Resolução PR n. 51, de 31.07.1989, publicada no Suplemento do *Boletim de Serviço*, ano 38, n. 1763, de circulação interna à Instituição.

O estabelecimento da Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas vinha, portanto, completar as lacunas que as Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas já não eram capazes de abarcar, notadamente quanto às desigualdades encontradas entre suas diversas regiões.

Diferentemente do modelo de regionalização empregado nas décadas anteriores, que partira da agregação de áreas segundo critérios de homogeneidade, a metodologia adotada nesses estudos apoiou-se na noção de totalidade nacional, tomando as Unidades da Federação como universo de análise.

Com efeito, no final da década de 1980, o Brasil se encontrava com uma estrutura espacial muito diferente daquela que serviu de referência para a Divisão Regional das décadas de 1960 e 1970. A publicação *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas* (1990-1992) destacava que a dinâmica do processo desenvolvimento capitalista afetou de maneira diferenciada o Território Nacional.

Conceitualmente, os estudos realizados para essa Divisão Regional partiam da premissa de que a dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista em nosso País poderia ser traduzida pela inevitável desigualdade na organização espacial que comporta diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e pela atuação crescente do papel do Estado naquele processo (DIVISÃO..., 1990).

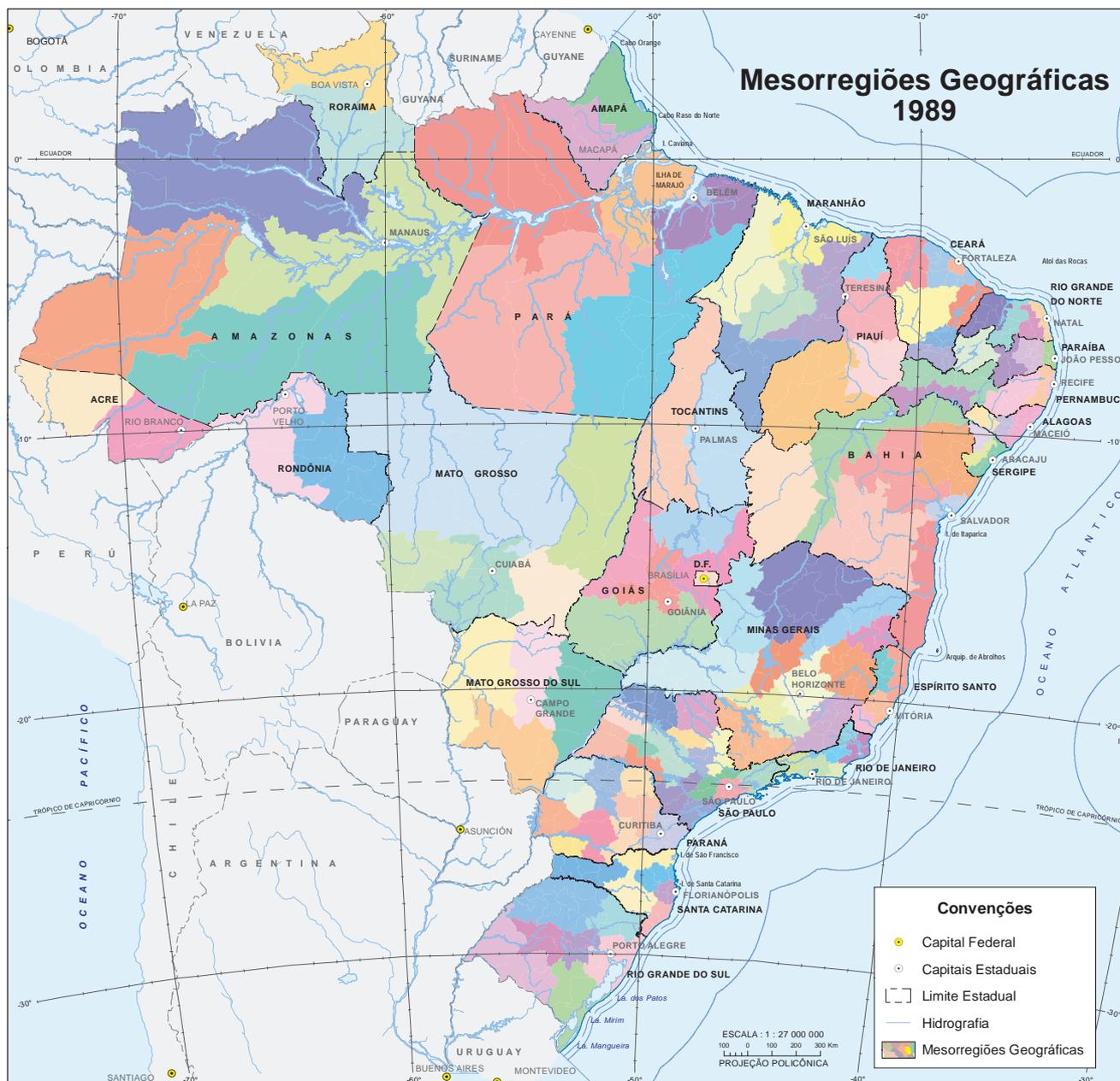
O estudo destacava, desse modo, que se em certas áreas houve grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, outras mantiveram a estabilidade ou apresentaram problemas mais acentuados. Ressaltava também que em algumas áreas, a metropolização, o consumo e a produção industrial eram os principais elementos estruturadores do espaço e em outras, as características naturais condicionavam a ocupação e a produção que, por conta disso, eram predominantemente agrárias (DIVISÃO..., 1990, p. 7).

Em termos teórico-conceituais, esse modelo de divisão regional partia de determinações mais amplas da totalidade nacional, nas quais as Unidades da Federação foram tomadas como universo de análise e, posteriormente, por divisões sucessivas e, pelo processo analítico, identificaram-se as escalas regionais subsequentes, isto é, as Mesorregiões (Mapa 5) e, finalmente, as Microrregiões (Mapa 6).

Entende-se por Mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como Mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. Pode-se considerar que

o conhecimento da realidade espacial brasileira evidencia que o Agreste, a Mata e o Sertão Nordestinos; o Sul de Minas Gerais; o Triângulo Mineiro; a Campanha Gaúcha; as áreas coloniais Antiga e Nova do Rio Grande do Sul; o Vale do Itajaí; o Norte do Paraná; o Pantanal Mato-Grossense; e a Bragantina, são unidades espaciais identificadas como Mesorregiões (DIVISÃO..., 1990, p. 8).

Mapa 5 - Divisão Regional do Brasil - Mesorregiões Geográficas - 1989

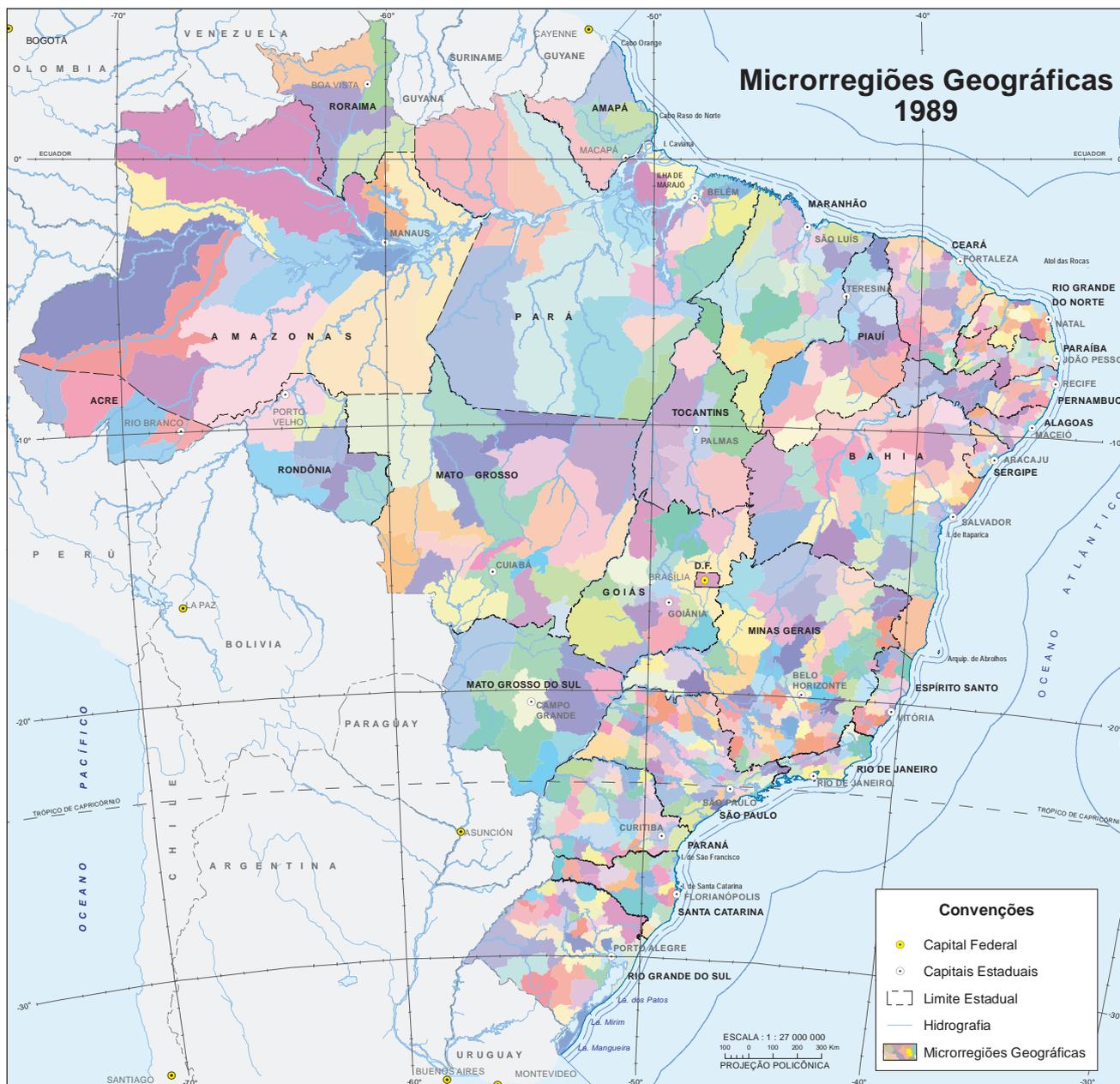


Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>>. Acesso em: maio 2017.

Nesse sentido,

as Microrregiões foram definidas como partes das Mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às Microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à Mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional (DIVISÃO..., 1990, p. 8).

**Mapa 6 - Divisão Regional do Brasil - Microrregiões Geográficas - 1989**



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>>. Acesso em: maio 2017.

As Microrregiões Geográficas, consideradas como partes das Mesorregiões, foram definidas por suas especificidades quanto à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva, utilizaram-se, também, informações sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares, compondo a vida de relações locais pela possibilidade de atender à população por meio do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos.

Finalmente, no que se refere à divisão macrorregional, continua prevalecendo a estrutura regional identificada em 1970, com as respectivas alterações ocorridas,

posteriormente, no mapa político-administrativo do Brasil: o acréscimo do Estado do Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste; a retirada do Estado da Guanabara, integrado ao Estado do Rio de Janeiro, pelo processo de fusão ocorrido em 1975, na Região Sudeste; a adição do Estado do Tocantins, criado na década de 1980, à Região Norte; e a transformação dos antigos territórios da Região Norte em estados (Roraima, Roraima e Amapá).

Cabe ressaltar, enfim, que o modelo de Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, de 1989/1990, resultou em um quadro final muito diferente daquele definido na década de 1970, apresentando um número mais elevado dessas unidades sub-regionais mostrando que o espaço brasileiro se mostrava mais diverso e dinâmico em relação aos critérios utilizados.

## 2 - Bibliografia sobre a Divisão Regional do Brasil divulgada pela *Revista Brasileira de Geografia* do IBGE

Neste Apêndice, estão incluídos artigos, comentários, noticiários e documentos em geral, como leis, decretos e resoluções referentes à Divisão Regional do Brasil ou que servem ao aprofundamento desse tema e que foram divulgados pela *Revista Brasileira de Geografia - RBG*, do IBGE, desde 1939.

Este acervo bibliográfico e documental está listado segundo o ano de divulgação, volume e número da RBG, podendo ser acessado diretamente pelo endereço na Internet disponibilizado.

### Apêndice 2 - Bibliografia sobre a Divisão Regional do Brasil pela *Revista Brasileira de Geografia* do IBGE

(continua)

Ano	Volume	Número	Páginas	Título	Autor	Endereço
1939	v. 1	n. 2	147-154	Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências.		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n2.pdf</a>
1939	v. 1	n. 4	141	Decreto-Lei n. 522, de 28 de junho de 1938: prorroga até 21 de dezembro o prazo para fixação dos novos quadros para a Divisão Territorial.		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n4.pdf</a>
1940	v. 2	n. 2	250-255	Nova divisão territorial do Brasil	Lima Figueiredo	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n2.pdf</a>
1940	v. 2	n. 3	372-406	Divisão territorial do Brasil	João Segadas Viana	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf</a>
1940	v. 2	n. 3	503	Decreto-Lei n. 2.104, de 2 de abril de 1940. Dispõe sobre o quadro territorial da República.		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf</a>
1941	v. 3	n. 2	318-373	Divisão regional do Brasil	Fábio de Macedo Soares Guimarães	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf</a>
1941	v. 3	n. 3	533-554	A redivisão política do Brasil	M. A. Teixeira de Freitas	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n3.pdf</a>
1941	v. 3	n. 3	613-620	Geografia regional do Brasil	Lima Figueiredo	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n3.pdf</a>
1942	v. 4	n. 1	149-156	Divisão regional do Brasil		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n1.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n1.pdf</a>
1942	v. 4	n. 3	604-606	Interpretação racional de alguns termos usados na nomenclatura da divisão regional do Brasil		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n3.pdf</a>
1943	v. 5	n. 3	509-510	Os cinco novos territórios federais		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1943_v5_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1943_v5_n3.pdf</a>

**Apêndice 2 - Bibliografia sobre a Divisão Regional do Brasil pela *Revista Brasileira de Geografia* do IBGE**

(continuação)

Ano	Volume	Número	Páginas	Título	Autor	Endereço
1943	v. 5	n. 4	638-645	A propósito do problema da delimitação de unidades políticas	Fábio de Macedo Soares Guimarães	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1943_v5_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1943_v5_n4.pdf</a>
1943	v. 5	n. 1	161-162	Boletim do Conselho Nacional de Geografia		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1943_v5_n1.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1943_v5_n1.pdf</a>
1945	v. 7	n. 3	524	VI Reunião Ordinária das Assembleias Gerais do I.B.G.E.: fatos de atuação.		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n3.pdf</a>
1945	v. 7	n. 3	529	VI Reunião Ordinária das Assembleias Gerais do I.B.G.E. Resolução n. 297, de 23 de julho de 1945. Adota a divisão regional do País estabelecida pela Resolução n. 143 do Conselho Nacional de Geografia e dá outras providências.		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n3.pdf</a>
1946	v. 8	n. 2	177-188	Análises regionais	Jorge Zarur	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1946_v8_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1946_v8_n2.pdf</a>
1949	v. 11	n. 4	471-542	O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil	Fábio de Macedo Soares Guimarães	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n4.pdf</a>
1952	v. 14	n. 4	507	XII Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia. Resolução n. 397. Atualiza a divisão regional do Brasil, estabelecida pela Resolução n. 143, da Assembléia Geral.		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1952_v14_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1952_v14_n4.pdf</a>
1955	v. 17	n. 3	380	XV Assembleia Geral do C.N.G. Resolução n. 461. Atualiza a divisão regional do Brasil, fixada pela Resolução n. 397, da Assembléia Geral.		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1955_v17_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1955_v17_n3.pdf</a>
1957	v. 19	n. 1	95-115	Divisão territorial do Brasil		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1957_v19_n1.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1957_v19_n1.pdf</a>
1959	v. 21	n. 4	539-550	Geografia e desenvolvimento econômico	Milton Santos	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1959_v21_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1959_v21_n4.pdf</a>
1960	v. 22	n. 2	169-208	Subsídios para uma nova divisão política do Brasil	Antônio Teixeira Guerra; Ignez Amelia L. Teixeira Guerra	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1960_v22_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1960_v22_n2.pdf</a>
1962	v. 24	n. 4	503-541	Bases geográficas dos problemas do Nordeste	Mário Lacerda de Melo	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n4.pdf</a>
1963	v. 25	n. 3	289-311	Observações sobre o problema da divisão regional	Fábio de Macedo Soares Guimarães	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1963_v25_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1963_v25_n3.pdf</a>
1964	v. 26	n. 3	291-457	Alimentação e subdesenvolvimento no Brasil	Geraldo J. da Rosa e Silva	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n3.pdf</a>

**Apêndice 2 - Bibliografia sobre a Divisão Regional do Brasil pela *Revista Brasileira de Geografia* do IBGE**

(continuação)

Ano	Volume	Número	Páginas	Título	Autor	Endereço
1965	v. 27	n. 4	625-640	Proposição de uma nova divisão política do Brasil	J. C. Pedro Grande	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n4.pdf</a>
1967	v. 29	n. 4	93-116	Os estudos de redes urbanas no Brasil	Roberto Lobato Corrêa	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n4.pdf</a>
1967	v. 29	n. 3	111-118	Geografia e planejamento	Pedro Pinchas Geiger	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n3.pdf</a>
1967	v. 29	n. 1	82-101	Estudos básicos para definição de pólos de desenvolvimento no Brasil	Rubens de Mattos Pereira	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n1.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n1.pdf</a>
1968	v. 30	n. 4	66-80	Primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1968_v30_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1968_v30_n4.pdf</a>
1968	v. 30	n. 1	84-91	Política de programas integrados em áreas prioritárias do Nordeste	Mário Lacerda de Mello	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1968_v30_n1.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1968_v30_n1.pdf</a>
1969	v. 31	n. 1	5-25	Regionalização	Pedro Pinchas Geiger	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n1.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n1.pdf</a>
1969	v. 31	n. 2	66-80	A experiência dos estudos de fluxos, no IBG, como subsídio à regionalização	Fany Davidovich	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n2.pdf</a>
1969	v. 31	n. 2	88-94	Relatório das atividades do Instituto Brasileiro de Geografia em 1968		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n2.pdf</a>
1969	v. 31	n. 3	174	Nova divisão regional do Brasil		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n3.pdf</a>
1969	v. 31	n. 4	179-218	Divisão regional do Brasil	Marília Velloso Galvão; Speriðião Faissol	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n4.pdf</a>
1969	v. 31	n. 1	43-56	Estudo das relações entre cidade e região	Roberto Lobato Corrêa	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n1.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n1.pdf</a>
1970	v. 32	n. 2	157-170	Divisão regional e problema regional	Pedro Pinchas Geiger	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n2.pdf</a>
1970	v. 32	n. 3	133	Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n3.pdf</a>
1972	v. 34	n. 1	189	Divisão regional do Brasil em regiões funcionais urbanas		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n1.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n1.pdf</a>
1972	v. 34	n. 3	195	Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n3.pdf</a>

**Apêndice 2 - Bibliografia sobre a Divisão Regional do Brasil pela *Revista Brasileira de Geografia* do IBGE**

(conclusão)

Ano	Volume	Número	Páginas	Título	Autor	Endereço
1974	v. 36	n. 3	3-29	Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização	Pedro Pinchas Geiger; Fany Rachel Davidovich	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n3.pdf</a>
1975	v. 37	n. 2	157	Projeto mesorregiões homogêneas		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1975_v37_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1975_v37_n2.pdf</a>
1976	v. 38	n. 3	3-30	Avaliação da metodologia proposta para a revisão da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1976_v38_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1976_v38_n3.pdf</a>
1976	v. 38	n. 2	100-129	Proposição metodológica para revisão da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas		<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1976_v38_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1976_v38_n2.pdf</a>
1983	v. 45	n. 1	93-109	Espaço geográfico: classificação e divisão. Um método e uma abordagem conceitual	Edmon Nimer	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1983_v45_n1.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1983_v45_n1.pdf</a>
1987	v. 49	n. 4	47-52	Algumas considerações sobre análise regional	Roberto Lobato Corrêa	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n4.pdf</a>
1988	v. 50	n. 1	11-66	Divisão regional do Brasil	Fábio de Macedo Soares Guimarães	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n1_especial.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n1_especial.pdf</a>
1988	v. 50	n. 2	99-106	O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região	Aluizio Capdeville Duarte	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n2.pdf</a>
1989	v. 51	n. 2	5-15	O planejamento regional do Nordeste brasileiro e o papel da Sudene	Jorge Fernando de Santana	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n2.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n2.pdf</a>
1990	v. 52	n. 4	117-126	Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia: um poder territorial?	Bertha K. Becker	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n4.pdf</a>
1993	v. 55	n. 1/4	147-155	IBGE e a organização do espaço geográfico brasileiro	Eli Alves Penha	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1993_v55_n1_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1993_v55_n1_n4.pdf</a>
1995	v. 57	n. 3	21-28	Região: a tradição geográfica	Roberto Lobato Corrêa	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n3.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n3.pdf</a>
1995	v. 57	n. 4	65-92	A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica	Angélica Alves Magnago	<a href="http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n4.pdf">http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n4.pdf</a>

Fonte: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-1995. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: maio 2017.

# Equipe técnica

## **Diretoria de Geociências**

### **Coordenação de Geografia**

Claudio Stenner

### **Gerência de Regionalização**

Paulo Wagner Teixeira Marques

Cayo de Oliveira Franco

### **Coordenação do projeto**

Claudio Stenner

Paulo Wagner Teixeira Marques

### **Equipe responsável**

Felipe Pires do Rio Mazur

Gustavo Medeiros de Pinho

Luiza Ramos Félix (estagiária)

Mário Conceição Rangel

Tadeu Tostes de Souza (estagiário)

### **Colaboradores**

Adma Hamam de Figueiredo

Antônio Guido Melo Garrido da Silva (estagiário)

Cayo de Oliveira Franco

Felipe Mendes Cronemberger

Igor Alves de Carvalho (estagiário)

Marco Antônio de Carvalho Oliveira

Melissa de Carvalho Martingil

**Instituições parceiras**

Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística  
(ANIPES)

Governos Estaduais

**Projeto Editorial****Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

**Gerência de Editoração****Estruturação textual**

Fernanda Jardim

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

**Diagramação tabular**

Solange Maria Mello de Oliveira

**Diagramação textual**

Carlos Amaro Feliciano da Silva

**Programação visual da publicação**

Fernanda Jardim

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

**Produção do e-book**

Roberto Cavararo

**Gerência de Documentação****Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva

Juliana da Silva Gomes

Karina Pessanha da Silva (Estagiária)

Kleiton Moura Silva (Estagiário)

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

**Normalização textual e padronização de glossários**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Elaboração de quartas capas**

Ana Raquel Gomes da Silva

Juliana da Silva Gomes

**Gerência de Gráfica**

Ednalva Maia do Monte

**Impressão e acabamento**

Newton Malta de Souza Marques

Ronaldo Soares de Aguiar

Se o assunto é **Brasil**,  
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

**www.ibge.gov.br** 0800-721-8181



## Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017

A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 visa atualizar o quadro regional do País produzido na década de 1980 e vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas. Deste modo, esta revisão tem o propósito de oferecer elementos para a compreensão atualizada da realidade territorial do País, bem como servir de referência geográfica ao conhecimento detalhado sobre as divisões das diversas regiões que compõem o imenso Território Nacional.

Para elaboração do novo quadro regional, foram utilizadas inúmeras informações referenciadas à rede urbana brasileira que, juntamente com a infraestrutura que interliga essa rede, constitui elemento central para conduzir uma análise regional comprometida com a coesão territorial do País e, simultaneamente, com a busca das diferenças e diversidades essenciais para a consolidação de um projeto pactuado entre o IBGE e os entes que compõem a federação brasileira.

Esta publicação está estruturada em dois capítulos temáticos: o primeiro aborda o contexto político-institucional e as metodologias utilizadas nas regionalizações promovidas pelo IBGE no Século XX, enquanto o segundo apresenta a metodologia e os referenciais empregados na elaboração da presente proposta de regionalização. Informações de cunho histórico e, portanto, de grande relevância para a comunidade acadêmica estão apresentadas sob a forma de Apêndice.

Espera-se que o conjunto das informações ora divulgadas, também disponibilizadas no portal do IBGE na Internet, possa oferecer aos órgãos das esferas governamental e privada subsídios para o planejamento e a tomada de decisões e facultar aos usuários em geral elementos para um aprofundamento do conhecimento geográfico acerca da complexa realidade territorial do Brasil contemporâneo.

